

**TEXTO-BASE**

**III CONGRESSO  
NACIONAL DA COMISSÃO  
PASTORAL DA TERRA**

**BIOMAS, TERRITÓRIOS E  
DIVERSIDADE CAMPONESA**

No clamor dos povos da terra,  
a memória e a resistência em defesa da vida!

**17 a 21 DE MAIO DE 2010 - MONTES CLAROS - MG**

Goiânia, março de 2010

**Organização:**  
III Congresso Nacional da CPT

**Textos:**  
Ruben Siqueira  
Frei Gilvander Moreira  
Luciano Bernardi / Roberto Malvezzi / Sandro Gallazzi  
Jelson Oliveira / Wilton Borges / Dirceu Fumagalli

**Diagramação:**  
Vivaldo Silva Souza  
(62) 9672-9302

Impresso no Brasil  
Printed in Brazil

# SUMÁRIO

1. Apresentação.....	07
2. Congresso: a CPT nas encruzilhadas e caminhos dos povos do campo.....	09
3. O semiárido acolhe o terceiro Congresso da CPT .....	15
4. Como ser CPT numa época de desmontes e reconstruções? .....	19
5. Direitos e Deveres ambientais.....	33
6. A Diversidade Camponesa: um desafio para a CPT .....	47
7. Metodologia .....	63



# Apresentação

## **NO CLAMOR DOS POVOS DA TERRA, A MEMÓRIA E A RESISTÊNCIA EM DEFESA DA VIDA**

Um **Congresso** que se anunciou para 2009, para acontecer em plena Amazônia, em Marabá, vai se realizar, por vários condicionantes econômicos, de infraestrutura e de agendas, nos dias **17 a 21 maio de 2010, em Montes Claros, Minas Gerais**, em pleno semiárido. Muda o local, altera-se a data, mas o espírito e o empenho são os mesmos, maiores talvez. O mesmo lema: **No Clamor dos Povos da Terra, a Memória e a Resistência em Defesa da Vida**. A mesma temática – **biomas, territórios e diversidade camponesa** – vai ser debatida e aprofundada num cenário muito diferente. A exuberância da Floresta Amazônica cede lugar ao Cerrado e à Caatinga. O paraíso das águas é substituído pela aridez e as agruras da região seca do semiárido. Mas a aparente pobreza em água e vegetação, esconde uma riqueza muito pouco conhecida, com uma biodiversidade tão ou mais rica que a da própria Amazônia.

Ao lado destes biomas, outros menores em extensão, mas não em importância - Pantanal, Mata Atlântica, Pampa - vão estar presentes no Congresso e neles todos, a diversidade de comunidades e povos que os habitam, e que buscam preservar seus espaços, melhor, resgatar seus territórios, a maior parte deles devorados pela sanha capitalista que tudo busca transformar em mercadoria.

O III Congresso será o momento privilegiado para se refletir sobre os rumos que a CPT deve seguir para contribuir na proteção,

preservação e revitalização da natureza, e para propor um reavivamento da espiritualidade que enxerga e sente a Deus tanto nos estupendos cenários que a criação proporciona, quanto nos pequenos detalhes onde a vida explode.

Este material que encaminhamos para nossos regionais e equipes é um instrumento de trabalho para ajudar na preparação do Congresso.

São textos que nos lembram o histórico dos Congressos anteriores e que nos aproximam de Montes Claros, onde vai se realizar agora o terceiro. Outros textos vão nos provocar a refletir “como ser CPT numa época de desmontes e reconstruções”, e a nos colocar em contato mais direto com os diferentes biomas, sob o ângulo dos direitos da Mãe Terra e dos deveres em relação a ela e com a diversidade camponesa existente no Brasil. A última parte deste subsídio nos apresenta a Metodologia sobre a qual está sendo construído o nosso III Congresso.

As equipes da CPT trabalharão este material junto aos trabalhadores e trabalhadoras da terra, sobretudo com os que vão participar do Congresso, e com eles vão refletir e debater as seguintes questões:

**1ª - O que a perspectiva ecológica traz de novo para a luta e o trabalho da CPT?**

**2ª - Como os camponeses e camponesas, em sua diversidade, estão hoje fazendo a resistência e a luta frente aos antigos e novos desafios?**

**3ª - Qual foi e está sendo a contribuição da CPT nesta luta?**

**4ª - Quais as perspectivas para a continuidade da contribuição da CPT?**

Esperamos que todas e todos se empenhem de tal forma que o III Congresso da CPT sirva de estímulo e inspiração para uma continuada fidelidade ao Deus dos pobres e aos pobres de Deus.

Goiânia, 01 de março de 2010

A Coordenação do III Congresso Nacional

# Congresso: a CPT nas encruzilhadas e caminhos dos povos do campo<sup>1</sup>

Ruben Siqueira,  
CPT Bahia / Projeto São Francisco

“A CPT não é apenas uma Comissão Pastoral da Terra. A CPT é, sobretudo e fundamentalmente, uma Comissão Pastoral da Vida. Os caminhos abertos pela CPT ainda não estão plenamente decifrados. Nós ainda não conhecemos todas as implicações que a fundação da CPT teve, tem e ainda terá na história social de nosso país. Não só na história das classes trabalhadoras rurais, mas também no conjunto da história social, ainda, até por implicação, na história do Estado e na história das classes dominantes. O caminho não está plenamente percorrido. Por isso nós podemos dizer que a trajetória desse sol está apenas no começo. E o sol ainda não se pôs.”  
(José de Souza Martins, 1997)

Para a CPT ouvir os camponeses e camponesas é imperativo. Inspirada no Evangelho, pastoral<sup>2</sup> de serviço, na fronteira e no conflito, quis desde o início, coerentemente, que fossem eles e elas, os

---

<sup>1</sup> Versão ligeiramente modificada do texto que consta na Agenda CPT 2009.

<sup>2</sup> Diz com razão Sandro Galazzi, biblista, da CPT Amapá, que a CPT é mais “ovelhal” que “pastoral”...

servidos e servidas, os que definem que serviço é esse. Disso nasceu o Congresso, quando em 1999, depois de quase uma década de avaliações e revisões, a CPT resolveu modificar sua estrutura original, para se adaptar às exigências do tempo. As Assembléias Gerais, de bianuais passaram a reuniões anuais de trabalho, para avaliação e planejamento, com maioria de agentes. Para traçar os rumos, as linhas, as estratégias, passou a vigorar o Congresso de quatro em quatro anos, com participação dos camponeses e camponesas em grande maioria.

O I Congresso, com o tema “Terra, Água, Direitos – Eis o Tempo Jubilar”, aconteceu em Bom Jesus da Lapa – BA, de 28 de maio a 1º de junho de 2001, com quase 500 participantes. Celebrou os 2000 anos do advento de Jesus e os 25 da própria CPT. As sessões foram realizadas no Santuário, que conta mais de 300 anos de romarias, na maior parte feitas pelo povo do campo, que deixou sua marca nas pedras milenares da gruta, à margem direita do Rio São Francisco, o Velho Chico, celebrado e maltratado “rio da unidade nacional”. Os alojamentos eram nas rancharias e pensões, tal como os romeiros. O lugar foi decisivo, banhado na luz da fé simples e profunda do povo camponês, que deu o tom, dizendo à CPT o quanto ela é necessária, que precisa continuar, ainda mais solidária às suas lutas, desde a base, e nos embates cada vez mais intensos com o agro-hidronegócio, os grandes projetos e as várias, velhas e novas caras do capital no campo e nas cidades, globalizado, mais forte e avassalador. O I Congresso, correspondendo às expectativas, foi um feliz re-encontro da CPT consigo mesma e com seu futuro.

O II Congresso foi na colonial e bela Cidade de Goiás, de 14 a 18 de junho de 2005 – data em que a CPT completou 30 anos – e contou com quase 1000 participantes. O tema “Fidelidade ao Deus dos Pobres, a Serviço dos Povos da Terra”, como disse o bispo Pedro Casaldáliga, um dos fundadores, era “o tema/lema definitivo da CPT”. O lugar, de novo, influenciou o espírito dos participantes: a Diocese de Goiás, protagonista da primeira hora da CPT, de muitas e renhidas lutas contra a praga do latifúndio. Do grande número de assentamentos da reforma agrária vieram alimentos para os congressistas e muitos participantes da celebração de encerramento, coincidente com a Festa da Colheita.

Ambos os Congressos seguiram basicamente a mesma meto-

dologia, do trabalho em grupos e plenárias, por eixos (Terra, Água e Direitos, assumidos no I Congresso) a partir de experiências concretas de luta camponesa e apoio solidário da CPT. Daí toda a riqueza humana, cultural, político-organizativa, militante e místico-religiosa dos Congressos. Retrato fiel, com suas mazelas e vitórias, do Brasil camponês que resiste, e da CPT que lhe quer ser fiel.

Pode-se dizer, grosso modo, que o I Congresso – talvez por ser o primeiro, um “teste” –, acentuou mais a própria CPT, ao reafirmar suas convicções e opções, atualizando-as. Lá foi assumida a Missão da CPT conforme definida no encontro dos agentes antigos, dois anos antes. Já o II Congresso, talvez com a segurança dada pelo primeiro, voltou-se mais para a realidade do campo e dos camponeses e os desafios da conjuntura.

Entre os dois, sem obscurecer suas nuances específicas, há coincidências e continuidades, que merecem ser pontuadas, pelo menos algumas principais, em vista de uma terceira edição, que era para ser amazônica, mas será “geraizeira” e “catingueira”, na região sanfranciscana do Norte de Minas, em Montes Claros, onde os dois biomas, tipicamente brasileiros se encontram. A resistência do povo dos Gerais e Caatinga, de tanta luta e sangue derramado, espera-se que contagie o ser/fazer da CPT hoje, diante de tão grandes desafios, “veredas” a trilhar com destemor. Dizia Guimarães Rosa, no “Grande Sertão: Veredas”, ali inspirado: “tudo o que já foi é o começo do que vai vir; toda a hora a gente está num cômposito<sup>3</sup>”.

## **TEMPO DE CRISES E INCERTEZAS, REAFIRMAÇÕES E BUSCAS**

Nos dois Congressos o mesmo contexto geral: as grandes questões da crise ecológica e de civilização; da governança do mundo e dos países; das decepções com representações de governos e de sindicatos e movimentos sociais; dos valores éticos em xeque nas relações entre povos, poderes e indivíduos; do que acontece e do que deixa de acontecer com os povos do campo e do lugar que (não) há para eles neste mundo revirado... Quais os referenciais vá-

---

<sup>3</sup> Cômposito: ponto onde desembocam diversos caminhos, onde estes se cruzam, encruzilhada (cf. Dicionário Aurélio).

lidos, antigos e novos, de vida, luta e trabalho, para camponeses e camponesas e para agentes da CPT? O que pensam os lavradores, qual seu projeto? Que sociedade, que mundo este projeto supõe e requer? Qual o compromisso da CPT com este projeto?

Continua o desafio insuperado de ouvir as vozes dos povos do campo, mais do que interpretar-lhes diversamente traduções e sentidos por outros outorgados.

Se os Congressos não deram suficientes respostas a tantas perguntas, foi porque estas respostas ainda não existem, mas as dadas foram suficientes ao menos para a CPT, neste cipoal, reencontrar sua vereda e a trilhar com segurança. O ânimo dos/as representantes do povo do campo, menos céticos que os agentes, contagiou a todos e todas, na fé inabalável em Deus e na alegre esperança. Talvez seja o que mais vale num Congresso desses!

## **TERRA É TERRITÓRIO, ESPAÇO DA VIDA VERSUS AGRO-HIDRONEGÓCIO**

As experiências trazidas revelaram que, ao par das preocupações crescentes com a terra-planeta, a compreensão de terra evoluiu para território-espaço-de-vida, diversificado nas formas e pleno de sentido. Em, contraposição ao agro-hidro-negócio, que faz da terra e água e natureza toda meros recursos econômicos, propriedade privada e objeto exclusivo de negócios lucrativos, na competitividade cega do mercado absoluto, a luta camponesa assume cada vez mais o caráter político-ecológico: pelas iniciativas agroecológicas; pelas resistências e conquistas dos territórios dos/pelos povos e comunidades tradicionais, em sua enorme e rica diversidade; nas lutas pelas águas; na defesa dos DhESCA's (Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais); no combate ao trabalho precarizado e escravo, etc. São "entraves" a barrar a avalanche de projetos de ainda mais degradação.

O I Congresso demarcou esta compreensão; o II clareou o inimigo dela, o agro-hidro-negócio. Os dois apostaram no protagonismo camponês neste embate pela vida ameaçada. Entre outras, ficou a questão do diálogo do mundo camponês com as oportunidades de melhoria das condições de vida que, contraditoriamente, traz a modernidade tecnológica e urbana e oferecem governos

neo-populistas. Oportunidades, porém, que não se resolvem com programas compensatórios, como a aposentadoria rural, Pronafs e Bolsa-Família, ainda que estes sejam valorizados. Mais que compensatórios, empatam a organização, a luta, o avanço camponês e as rupturas essenciais.

O III Congresso acontece meses após a COP-15 em Copenhagen. Para a maioria de nós da CPT, já não eram tantas as esperanças de que as lideranças mundiais fossem capazes de algum acordo que representasse recuo no modelo atual da acumulação e expansão globalmente ampliada do capital, o mesmo que promove e sustenta seus governos. Maior, então, fica o desafio de, desde o campo e a luta camponesa, construir saídas negadas.

## **UNIDADE E DIVERSIDADE, FÉ E MÍSTICA, COLEGIALIDADE E COMPANHEIRISMO**

A trajetória de 30 anos diversificou a CPT e sua intuição básica originária da solidariedade – porque evangélica – radical, macro-ecumênica. A expansão e as diferenças históricas, ecológicas e culturais complexificaram as formas do serviço, os públicos, as frentes de trabalho e os aparatos (estes, a crise financeira trata de reduzir)... Algumas marcas, porém, essenciais, os dois Congressos enfatizaram como identificadoras da CPT, em meio às insistentes tendências à onguização e à atuação para-estatal ou, pior, para-governista.

Disseram os dois Congressos que a CPT continua atual e necessária e seu lugar é junto aos camponeses, e aos mais pobres deles, ou seja, os que mais precisam dela. Estes, apesar das estatísticas de urbanização e desruralização, só aumentam, pelas ameaças novas e velhas que caem sobre eles e suas bases de vida. A inspiração inegociável da CPT é a fé no Cristo Jesus, que se faz presente, sofredor e salvador, nestes pobres do campo, e aí infunde nela uma mística de simplicidade e serviço, abnegado até o martírio, se preciso for, como tantos ontem e hoje comprovam. E se traduz em metodologia participativa, que visa o protagonismo camponês, o agente se negando ao papel de vanguarda ou de dono do processo.

O melhor serviço a CPT faz com trabalho de base e formação (não só de lideranças), que precisam ser retomados com novo elan e revisão de conteúdos e métodos. Reafirmada a pertença à Igreja,

cobrou-se dela mais empenho profético e da CPT mais envolvimento com a vida das Igrejas, para que não se furtem à pastoral da terra (e da vida), dever de todos. Testemunha do espírito que move a CPT é também a fraternidade vivida internamente, nas equipes e instâncias, expressa pela colegialidade nas decisões e responsabilidades e pelo companheirismo no cotidiano.

## **DE VOLTA AO FUTURO...**

Como se vê, diferentemente de Congressos sindicais ou partidários, aqui não cabem defesas de teses e disputas por plataformas ou programas... Mais simples e objetivamente, nos Congressos da CPT camponeses e agentes buscam mínimas e suficientes inspiração comum (“con-spiração”) e base unitária de como ser/fazer solidário às lutas pela vida no campo. A bagagem, claro, além de muita vontade, a lucidez e os desafios das experiências feitas. E a utopia que não se entrega, para clarear o horizonte do caminho. Da qual dão conta, por atravessarem a soleira do Reino, os Mártires, luminares dos Congressos. Que, por tudo isso, se revestem de celebração (“celebrar”: tornar célebre, memorável) e festa.

Do Nordeste, via Centro-Oeste, o Congresso chega em 2009, na terceira edição, ao Sudeste. A CPT madura busca encontrar-se nos biomas que configuram o campo e o campesinato no Brasil, e se acham em avançada degradação, no rastro do latifúndio que virou agronegócio e com os agrocombustíveis se arvora em solução (falsa) para a crise ecológica que evidenciam as mudanças climáticas. No caminho trilhado dos Congressos anteriores, saberá agregar os elementos necessários, de preservação e de mudança, para continuar fiel ao Deus dos pobres nos povos da terra, que querem ser projeto de vida, não mais vítimas do “desenvolvimento”, e “se negam a desaparecer” (Carta de Maputo, da V Conferência da Via Campesina, 2008). Sobretudo, bebendo nas próprias fontes, encontrará a CPT novo alento e vigor para seguir em frente, “sol que ainda não se pôs”, que continua a iluminar e aquecer e alimentar a vida...

# O semiárido acolhe o III Congresso da CPT

Frei Gilvander Moreira,  
Equipe da CPT Norte de Minas, MG.

O III Congresso da CPT vai se realizar em Montes Claros, Minas Gerais, em pleno semiárido brasileiro.

Montes Claros é uma cidade com aproximadamente 400 mil habitantes. Situa-se às margens do rio Verde Grande, afluente do São Francisco, na região Norte de Minas Gerais, região que é chamada de Área Mineira do Nordeste. Esta região engloba 86 municípios com uma área de 120.701 quilômetros quadrados, correspondentes a 20,7% do território do estado. Os municípios desta região têm infraestrutura urbana deficiente e os mais baixos índices de qualidade de vida. A economia local se baseia em atividades agropecuárias e extrativistas. A região compõe o semiárido e é formada pelos ecossistemas de Cerrado e Caatinga. Por ser uma extensão geográfica do Nordeste, também integra a área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, Sudene, na perspectiva de desenvolver políticas governamentais para o crescimento econômico e promover sua modernização. Contudo, tais políticas foram destinadas apenas a alguns setores privilegiados, gerando enormes disparidades regionais que vêm se intensificando nas últimas décadas.

A região também é marcada pelas carvoarias e pela monocultura do eucalipto, com o objetivo de atender a crescente demanda por carvão vegetal para o polo siderúrgico do estado e

por madeira para as indústrias de papel e celulose. As empresas de reflorestamento têm ampliado muito e de forma indiscriminada o plantio de eucalipto destruindo o Cerrado, apropriando-se de terras públicas que eram usadas coletivamente pelos membros das comunidades tradicionais dos geraizeiros em suas estratégias de reprodução e que preservavam a agrobiodiversidade local. Empresas reflorestadoras, como a Plantar, VM Florestal, Gerdau, tentam maquiagem os impactos sociais e ambientais da monocultura do eucalipto exibindo atestados de certificação florestal e se habilitando para ter acesso ao Crédito de Carbono do “Mecanismo de Desenvolvimento Limpo”.

A expansão da monocultura do eucalipto e a criação do gado bovino afetam a forma de vida das comunidades da região. O que sobra do Cerrado e da Caatinga, onde vivem diversas comunidades, está sendo posto ao chão e transformado em carvão ou pastagens. A expansão dos monocultivos e do uso intensivo de maquinária pesada, de agrotóxicos e fertilizantes degradam os solos, contaminam os trabalhadores e destroem o equilíbrio hidrológico, fundamental para a sobrevivência das populações. Nascentes e rios estão secando e milhares de famílias de camponeses estão sendo expulsas da terra.

O desenvolvimento e o avanço da monocultura da cana no sul do estado e no Triângulo Mineiro acabam tendo repercussão no Norte de Minas. As Usinas de cana arditosamente driblam leis ambientais comprando terras no Norte de Minas que são apresentadas como compensação ambiental, formando “parques privados”.

Outro fator que está encurralando os camponeses geraizeiros e aguçando os conflitos agrários na região é o da descoberta de jazidas de minério na região, maiores do que as do Quadrilátero Ferrífero em torno de Belo Horizonte.

Além disso, os camponeses sofrem também pressão de órgãos públicos. A comercialização dos produtos da região como o queijo, requeijão, farinha, goma, aguardente, em centros urbanos como São Paulo e Belo Horizonte, está sofrendo a repressão dos órgãos da fazenda estadual e federal, dos órgãos de defesa sanitária e da polícia rodoviária, que apreendem os ônibus que transportam as mercadorias classificando-as de clandestinas.

## **A VIOLÊNCIA NÃO DIMINUI A CAPACIDADE DE LUTA**

Esta realidade provoca graves conflitos agrários e violência contra os lutadores e lutadoras do povo. Lideranças das comunidades e membros das entidades comunitárias e sociais, militantes de movimentos de luta pela terra são perseguidos por empresas de monocultura de eucalipto, por representantes e empregados de empresas vinculadas ao agronegócio e por especuladores imobiliários

Os conflitos e a violência fizeram jorrar nos grandes sertões o sangue de muitos mártires, militantes que doaram suas vidas: Eloy Ferreira, Júlio Miranda, Januário, José Natal, Antônio Joaquim, Donato, Ermes Miranda, os fiscais de Unaí - Ailton, Nelson, Erastótenes e João Batista -, vários indígenas do povo xacriabá – Rosalino Gomes, José Pereira Santana, Manuel Fiúza, Avelino Nunes, Edson Dourado Leite - e tantos outros anônimos. O sangue dessa legião de mártires clama por justiça, mas continua a correr nas artérias de centenas de militantes nos gerais de Minas. A violência não tem feito diminuir a capacidade de luta do povo.

Há uma presença muito forte de comunidades de resistência. Com fé no Deus da vida e com muita raça, já foram conquistados no Norte de Minas 74 assentamentos de reforma agrária e há, hoje, 58 acampamentos com cerca de 4,5 mil camponeses sem-terra debaixo da lona preta.

As Comunidades Quilombolas de Brejo dos Crioulos e dos Gorutubanos conquistaram, com muito esforço, o reconhecimento de suas áreas.

Uma parcela da população resiste reafirmando a riqueza cultural regional, articulando-se entre si e interagindo com a natureza.

Comunidades e organizações presentes na região desenvolvem experiências e ações concretas, que estão estimulando a preservação e o uso sustentável da (agro)biodiversidade, a produção de alimentos agroecológicos, a medicina preventiva e popular, o acesso à terra e a conquista de territórios expropriados pelos fazendeiros e empresas eucaliptadoras. Uma riqueza que sinaliza que outro modo de produção e de vida é necessário e possível, com soberania e segurança alimentares.

Nas entranhas das relações humanas, em uma rede de pastorais sociais, de movimentos populares, de entidades idôneas e de

peças de boa vontade, o Reino do Deus dos pobres está sendo construído através de muita solidariedade, do resgate da cultura camponesa, da luta aguerrida por reforma agrária e pela construção de uma sociedade sustentável.

Assim, os mil participantes do III Congresso Nacional da CPT vão poder beber, no Norte de Minas, a partir de Montes Claros, nesta fonte de luta, resistência e teimosia. Inspirados na herança espiritual e profética de tantos mártires vão se reabastecer nas belezas e encantos da cultura camponesa do Norte de Minas. Aos participantes do III Congresso da CPT, dizemos: Bem-vindos! Sintam-se em casa!

# Como ser CPT numa época de desmontes e reconstruções?

Luciano Bernardi da CPT Bahia  
Roberto Malvezzi da CPT Bahia  
Sandro Gallazzi da CPT Amapá

## 1) CONTEXTO GLOBAL

Viver em determinadas épocas é um privilégio. Se olharmos do ponto de vista das “vocações”, numa perspectiva de fé, é um chamado de Deus. A CPT é um carisma, é uma vocação, complexa e desafiadora.

Nossa época parece ser diferente de todas as anteriores. Antigas idéias desmoronaram e novas referências estão sendo construídas. Ficou mais difícil e mais contraditório imaginar o futuro da Terra e dos povos que a habitam. Os paradoxos se avolumam: não é mais possível condenar ou acatar em bloco. É necessário o discernimento, seja ele o fruto de um bom trabalho filosófico (*bônus philosophus distinguit*) seja o dom teológico do “discernimento” de que fala São Paulo<sup>1</sup>.

A crise civilizatória está derrubando velhas referências e vai construindo novas. É difícil saber o que subsistirá das conquistas atuais, o que será superado, o que virá de novo.

As culturas e as filosofias de matriz ocidental – liberais, marxistas, positivistas, cristãs -, partem do princípio que a humanidade

---

<sup>1</sup> 1Cor 12,1 discernimento, em grego dia-crisis = pelo julgamento. Crise é julgamento: o momento propício para pensar e decidir.

está sempre em ascensão; que a Terra, inanimada, é fonte de recursos inesgotáveis e que, de uma forma ou de outra, encontraremos os caminhos da plenitude e da felicidade. Marx falava do “paraíso na Terra”.

Hoje somos obrigados a aceitar que o planeta no qual vivemos se comporta como um ser vivo, tem sua alteridade em relação ao ser humano, precisa de sua própria cobertura vegetal para respirar, de uma determinada média de temperatura para abrigar a atual comunidade da vida, de seu ciclo de águas, enfim, tem seu próprio metabolismo, e que o ser humano é parte deste metabolismo, como tudo que existe. Pensar que temos o controle sobre a Terra é uma ilusão da arrogância humana. Nós dependemos da Terra, e das condições que ela nos oferece para viver. Somos parte integrante desta imensa vida e temos que aprender que nosso existir é fruto do gigantesco milagre da evolução e da interação de todos os elementos que vêm acontecendo há bilhões de anos.

A construção de uma sociedade intra-humana, onde a Terra e suas riquezas eram consideradas somente como “matéria prima” e tinham serventia apenas como suporte para o bem estar humano, acaba de desabar. A Terra passou a exigir o seu próprio quinhão e entrou em guerra com o vírus humano que a habita. A reação é o aquecimento global. Qual será o futuro da temperatura da Terra e como será a vida humana em um planeta aquecido? Não há certezas: só é possível construir cenários. Este é um novo desafio, um novo fator que deve ser levado em consideração e do qual uma Pastoral da Terra não tem como se esquivar.

O aquecimento global está mudando a temperatura da Terra, está alterando o ciclo das águas e dos ventos, está reduzindo as áreas agricultáveis, está provocando fenômenos climáticos extremos, cada vez mais prejudiciais a uma agricultura que exige estabilidade climática. Parece ser inevitável a multiplicação de pragas, de doenças, de perdas de safra, de escasseamento dos alimentos e da água. Atualmente 1 bilhão de pessoas está passando fome e 1,2 bilhão está sofrendo pela sede. Em breve tempo, essas cifras poderão subir em uma velocidade vertiginosa. O que já é ruim pode ficar bem pior<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> Conferir “Perspectivas do Uso da Água e dos Solos no Brasil e no Mundo”.

## 2) MUDANÇAS NO CENÁRIO BRASILEIRO

Mas não mudaram só as referências em relação ao planeta. Estão ocorrendo mudanças profundas, também, na vida e na organização da sociedade humana.

2.1 - Está em mudança a matriz energética. A nossa sociedade está baseada na energia produzida pelo petróleo. Do petróleo não vêm apenas os combustíveis líquidos, mas também uma série de derivados que estão presentes no cotidiano de nossas vidas, em cada roupa, sapato, utensílio eletrodoméstico, eletroeletrônico etc. Sabemos, porém, que esta matriz energética, além de poluir o planeta, vai chegando ao seu ocaso. Para complementá-la e até para substituí-la, volta-se novamente para o campo: no lugar de produzir alimentos para humanos e animais, a agricultura está sendo desviada para produzir energia para veículos, motores e máquinas. No Brasil, antes do que se imaginava, aumentou a concentração de terras, de empresas e 20% do setor já estão transnacionalizados. Roberto Rodrigues, insuspeito, afirma que esse “é o futuro”.

A CPT vem trabalhando com categorias como “pobres”, “camponeses”, “agricultura familiar”, “comunidades tradicionais”, etc. Com eles tenta-se fortalecer uma agricultura orgânica, capaz de produzir alimentos saudáveis, com uma atividade sustentável sob todos os pontos de vista. É uma agricultura em clara contraposição a uma agricultura industrial, pesada, que utiliza, intensa e extensivamente, os solos, a água, os produtos químicos, para gerar commodities. Trata-se de uma agricultura que representa 30% da exportação brasileira, que tem poder político no Congresso e que, além de concentrar a terra, usa de violência no campo e utiliza trabalho escravo.

A entrada do capital no campo é violenta: hidroelétricas, ferrovias, hidrovias, portos, aeroportos, monocultivos, mineração etc. estão impactando e ameaçando diretamente as populações tradicionais e seus territórios. O capital ataca, sem piedade, os biomas e ameaça o que nos resta de saúde ambiental. Os investimentos do PAC<sup>3</sup> (Programa de Aceleração do Crescimento) confirmam esta realidade. Por outro lado, apesar de definharem em todos os âmbitos,

---

<sup>3</sup> Conferir “Discurso Ambiental Brasileiro x Investimentos do PAC e BNDES”.

a agricultura familiar brasileira apresenta uma resistência histórica descomunal, mesmo tendo menos terras e menos recursos para sobreviver. A mesa brasileira continua sendo posta pelos nossos agricultores que têm pouca terra e pouco apoio. A conquista da terra e territórios ou a simples permanência nela e neles, tornou-se uma luta de vida ou morte para essas populações, mas também para a garantia da soberania alimentar de nosso povo<sup>4</sup>.

### **O que significa hoje a reforma agrária e demais formas de acesso à terra? Como seria ela em cada diferente bioma brasileiro?**

2.2 - A CPT, criando a expressão “hidronegócio”, traduziu, em uma só palavra, todo o drama do acesso à água das nossas populações, seja para beber, seja para produzir, como, também, o absurdo de sua privatização e mercantilização. Enquanto investe em preciosas, ainda que pequenas tecnologias – em parcerias – no Nordeste e outras regiões do Brasil, a CPT defende a implantação das adutoras para toda a região, combate as megaobras como a transposição do rio São Francisco, as hidrovias inviáveis como a do Araguaia, a ocupação de nossos rios por barragens que se apropriam das águas brasileiras. Assim como enfrentar o agronegócio, enfrentar o hidronegócio tornou-se, para a CPT, uma luta simbólica e profética, em nível nacional e internacional.

### **Como será para a CPT trabalhar essas contradições internas do próprio campo brasileiro?**

2.3 - A CPT nasceu como uma defensora dos direitos humanos e sociais dos camponeses. José de Souza Martins costumava repetir, em outras palavras, que a “CPT foi decisiva para a cidadania camponesa, para que eles se tornassem sujeitos políticos”. Mesmo assim os direitos humanos e sociais dessas populações, tanto individuais como coletivos, continuam a ser violados massivamente. Direito se respeita, não se negocia. Não se sacrificam direitos em nome de táticas políticas, de negociações etc., sob o risco de sacrificar pessoas

---

<sup>4</sup> Conferir últimos dados do Censo Agropecuário.

humanas em nome de causas. Trabalho escravo, condições precárias e degradantes de trabalho, direito aos territórios, direito à água para beber e produzir, direito à educação no campo etc., continuam na pauta das discussões.

**Será que tivemos avanços? Em que rumo vai prosseguir nossa luta em defesa dos direitos das pessoas e comunidades que estão no campo?**

2.4 - Sempre trabalhamos com aliados, articuladamente. Ajudamos a fundar movimentos que hoje têm sua própria organização e sua própria metodologia. Ajudamos também a criar sindicatos de trabalhadores rurais, articulações sindicais. Ajudamos a criar partidos que acreditávamos serem fiéis às suas bases. De alguma forma contribuímos, talvez de forma ingênua, para que esse governo chegasse ao poder, apesar de questionarmos, agora, suas políticas, sobretudo no que diz respeito à sua concepção de desenvolvimento.

**Como estão, agora, os movimentos, os sindicatos, os partidos que ajudamos criar? Como eles se posicionam diante do conceito de desenvolvimento – “crescimentismo” – que se materializa num PAC, nos financiamentos públicos do BNDES e até nos financiamentos do PRONAF?**

2.5 – Acreditamos no projeto de uma sociedade real mais justa, como meta histórica e concreta, “sinal do Reino de Deus”. A queda do muro de Berlim nos ajudou a questionar dogmas e reducionismos que, em alguns casos, tinham engessado as utopias de muitos movimentos sociais. Mesmo assim, ainda há quem prefira continuar com as velhas referências do socialismo real, agarrados aos pensadores das origens, sem considerar os novos desafios que a alteridade do planeta Terra nos coloca. E nos tratam como ingênuos porque teimamos em querer construir um mundo em que se supere, na dialética da história, a célebre fórmula do **homo homini lupus = o ser humano como lobo para outro ser humano.**

Hoje se fala de um novo socialismo, “eco”socialismo, socialismo “quântico”, socialismo “verde”, buscando sempre novas

qualificações que mantenham atualizado o ideário socialista. Ao mesmo tempo, no Brasil, toda a energia canalizada para a construção do PT há muito se desvaneceu. O partido e o “lulismo” reduziram as perspectivas de mudanças mais profundas e foram incapazes de incorporar o desafio ambiental. Muita gente deixou o partido por razões éticas, políticas e até ambientais. Falta hoje um instrumento político unificador das lutas sociais.

### **Como concretizar, numa bandeira capaz de aglutinar e articular as forças transformadoras da sociedade no rumo de uma “terra sem males”?**

2.6 - Por fim, a Comissão Pastoral da Terra, como diz o nome, é uma Pastoral. Ela tem um credo, uma missão, uma metodologia de trabalho construídas ao longo de 35 anos. Tem também uma pertença eclesial. Mas, a Igreja também mudou. As CEBs hoje são mais frágeis – embora haja alguma retomada -, o individualismo e o ritualismo tomaram conta da liturgia. A mídia não se cansa de divulgar uma religião glamourosa, feita de fama e sucesso e cuja eficácia se mede pelos produtos vendidos, pelo bem-estar alcançado e por estatísticas quantitativas.

A opção pelos pobres deixou de ser prioridade, a justiça não é proclamada, a libertação passou para uma dimensão subjetiva e espiritualista.

O povo brasileiro hoje é plural, em pouco tempo, no Brasil, o catolicismo não será mais hegemônico numericamente e, mesmo assim, o ecumenismo, inclusive na CPT, está perdendo o passo.

### **Nessa Igreja que tanto mudou, o que resta e quem resta para estarmos juntos na mesma trincheira?**

## **3) A NOSSA CAMINHADA**

Diante de tantas perguntas, incertezas e desafios, a CPT precisa e quer discernir qual o melhor caminho a ser percorrido. E, para isso, é necessário tomar consciência que o momento que estamos vivendo, mesmo que seja o mais importante e decisivo para nós,

é só um pequeno ponto da longa caminhada, da longa história da Terra e da humanidade que já viu outras situações de incertezas e desafios e soube encontrar alternativas e saídas.

3.1 - Metodologia é fidelidade a este caminho trilhado por profetisas e profetas de todas as religiões e fecundado com o sangue de mártires de todas as raças, línguas e nações. Entre tantos referenciais, nossa história nos leva de volta à memória originária do profetismo camponês (Ex 3), cuja luz ilumina nossa realidade, indica rumos, mas, sobretudo, relembra os passos que devemos dar. Assim fizeram nossos pais e nossas mães na fé, de geração em geração; assim vamos fazer nós.

**“Eu ouvi o grito do meu povo, por causa de seus opressores”.** É o primeiro e indispensável passo que precisamos fazer, sobretudo, num momento de crise. A palavra de Deus nos alcança pelo grito do povo que sobe da terra. A CPT precisa, uma vez mais, ter claro quem é o “meu” povo e quem são os “opressores” ou, como dizia Jesus, o bom pastor, quem são as “ovelhas que chamamos pelo nome” e quem são “os lobos, os assaltantes e os mercenários”. Esta é a primeira e indispensável atitude de uma pastoral.

**“Eu desci para libertar o meu povo das mãos dos opressores”.** É mais um passo decisivo. Não basta ouvir, não basta discernir, é preciso descer, estar junto, ser presença fraterna. Não só uma presença solidária junto a quem sofre; deve ser também, uma presença “contra” todos os faraônicos projetos de concentração de riqueza e de poder dominador que limitam, cerceiam, destroem a vida do povo e de sua terra. Deve ser uma presença “para uma terra de leite e mel”, mesmo quando já ocupada por outros poderosos: uma terra larga e espaçosa onde se pode viver em paz produzindo alimentos abundantes e saudáveis.

**“Vai, eu te envio para tirar o meu povo da opressão”.** É o passo da libertação, o passo ao qual a CPT precisa estar sempre atenta e fiel: o passo que faz com que o oprimido que grita se torne o sujeito de sua história, o protagonista de sua ação, o ator principal de sua luta. Será preciso “reunir os anciãos”, “revelar quem é o nosso Deus e qual a sua ação de geração em geração”, organizar o povo em “grupos de 100 e de 50” para enfrentar com coragem, às vezes arduosa, o poder opressor.

## **Nesta crise civilizatória, como a CPT vai manter sua fidelidade a este caminho, a esta metodologia?**

3.2 – Esta fidelidade aos pobres de Deus e ao Deus dos pobres nos levou a fazer novas descobertas que passaram a fazer parte indissociável de nosso caminho. Já faz tempo que a categoria “classe”, mesmo continuando a ser um instrumento importante de leitura da realidade, não consegue mais abranger e compreender o grito do povo. Já faz tempo que a CPT reconhece a importância de outras categorias como a de gênero, geração, etnia, ecumenismo entre as igrejas cristãs e com as grandes e pequenas agremiações religiosas (diálogo inter-religioso).

A novidade é reconhecer que estas categorias não podem ser somente “transversalidades” que devem estar presentes nos diferentes passos de nosso proceder metodológico. Mulheres, negros, índios, ribeirinhos, faxinalenses, comunidades e povos tradicionais são os verdadeiros sujeitos da resistência e da mudança. É preciso romper com dogmatismos que engessam a nossa luta. “Transversal”, mesmo que indispensável, deve ser a categoria de classe.

## **Até que ponto a CPT está investindo nesta nova compreensão?**

Mulheres, quilombolas, ribeirinhos, comunidades tradicionais nos ensinaram que a apropriação e reapropriação do território, não é um meio, uma etapa em vista de um futuro paradisíaco, mas é a garantia da vida como um todo.

Com eles e elas compreendemos que Reforma Agrária não é somente uma distribuição de lotes de terra, mas a reconquista dos territórios camponeses e a conquista de novos territórios, respeitando a diversidade, a cultura, a religiosidade, as etnias dos povos dos diferentes biomas brasileiros.

## **Como, com eles que são os guardiões do rico patrimônio de conhecimentos da terra, da água, das sementes, dos alimentos e de toda a biodiversidade, nos convertemos a uma nova maneira de viver na Terra e com a Terra?**

3.3 – Agora reconhecemos a força profética dos fundadores da CPT quando nos chamaram de “Pastoral da Terra”. A TERRA determina o nosso ser pastoral: a Terra e toda a vida que nela habita, vida ameaçada pelos programas de crescimento baseados no agro e hidronegócios, na exploração, nunca sustentável, das matas e florestas e do cerrado, da caatinga, do pantanal e do pampa. Fruto desta força profética são os eixos principais de nosso serviço pastoral: terra, água e direitos.

Compreendemos que a “teologia da terra” das comunidades tradicionais era muito mais bíblica do que o todo o acervo teológico europeu que sustentou a opressão dos povos e a devastação da natureza. Precisamos nos libertar de uma visão economicista – tanto capitalista quanto socialista – que considera a natureza “matéria prima” que só adquire valor quando transformada em riqueza<sup>5</sup>. Na arrogância de nossa cultura ocidental, as culturas tradicionais eram chamadas, quase sempre com desprezo, de “animistas”, pois consideravam que todas as coisas e todos os seres tinham “alma/vida”. Hoje a ciência confirma esta realidade e nos obriga a resgatar os verdadeiros conceitos bíblicos de uma **“criação que geme, que dá à luz, que anseia ardentemente, que espera por libertação”**, exatamente como todos nós que “tendo recebido as primícias do Espírito Santo, gememos aguardando ansiosamente a libertação do nosso corpo”, fortalecidos pelo Espírito que por nós **“geme com gemidos inefáveis”** <sup>6</sup>.

Os mitos da criação (Gn 1 e 2) longe de serem fábulas nostálgicas de um passado definitivamente perdido, são memória da luta criadora e re-criadora permanente em defesa do “bom” que é tudo que existe, contra todas as forças caóticas de morte que teimam em transformar a vida em trevas e deserto.

---

<sup>5</sup> É o conceito de “terra nua”, igual a terra sem valor nenhum. O combate ao latifúndio exige que se aumentem os índices de produtividade, ao mesmo tempo, o aumento destes índices pode significar o aumento da devastação, da contaminação por agrotóxicos e sementes transgênicas, do monocultivo e do exagerado consumo de água, como, também, do trabalho escravo. É difícil discernir o que é melhor.

<sup>6</sup> Rm 8,19-26. Neste texto criação, filhos de Deus e Espírito formam uma espécie de trindade, na qual as três realidades formam uma coisa só na construção da liberdade dos filhos de Deus que significa a liberdade de toda a criação.

**Como a CPT, neste momento de crise civilizatória, para continuar fiel a este critério de profunda sabedoria e humildade, vai buscar comungar com a mais genuína cultura das diferentes campesinidades com as quais caminhamos?**

#### **4) NÃO NOS DEIXES CAIR EM TENTAÇÃO**

Neste momento precisamos considerar outro fator que, nesta conjuntura, se faz presente nas nossas comunidades. O abalo que sofreram as ideologias socialistas, os programas liberais de privatização do Estado, a redistribuição da renda, através do aumento significativo do salário mínimo, da facilitação ao acesso ao crédito e das políticas de assistência social mais consistentes, estão produzindo uma forte unanimidade ao redor dos programas de crescimento dos governos, das mineradoras, dos bancos e das maiores empresas que apresentam vistosas propagandas de responsabilidade social e ambiental, mas não hesitam, simultaneamente, em utilizar trabalho escravo e degradante.

4.1 - Neste contexto, a CPT aponta, também, para a urgência de denunciar todos os mecanismos que buscam cooptar e descaracterizar as comunidades tradicionais e os movimentos sociais do campo. A criação burocrática de inúmeras associações com o objetivo de receber e administrar o dinheiro público, além de quebrar laços históricos de organização e solidariedade comunitária, provoca o atrelamento ao poder público, favorece a manipulação eleitoral, facilita o mau uso e o desvio de recursos e enfraquece a luta camponesa.

**Como a CPT pode ajudar os trabalhadores e trabalhadoras e suas organizações para resistirem com firmeza diante das tentativas de atrelamento e de cooptação, e para superarem o corporativismo e a desunião para que possa, finalmente, ser implantada a reforma agrária que queremos?**

4.2 – Nosso serviço formativo não pode deixar de considerar a necessidade de recordar as muitas tentações vivenciadas pelo povo de Deus quando quis “**ser como as outras nações**”<sup>7</sup>, abando-

---

<sup>7</sup> 1Sm 8

nando **lahweh**, o Deus da solidariedade, para servir aos “**baales**”, legitimadores dos mais fortes e poderosos.

**Como retomar com vigor os alertas proféticos para que os pobres não sejam vítimas de falsas idolatrias e para que a CPT possa proclamar com a vida e a palavra que “Ninguém pode servir a dois senhores... Não podeis servir a deus e ao dinheiro”<sup>8</sup>?**

4.3 – Nossa missão formativa se faz ainda mais necessária hoje, quando nossa sociedade está vivenciando um momento em que muitos grupos, de diferentes igrejas, estão transformando a vida religiosa num verdadeiro “sacro negócio”. Eles reduzem a fé à busca de soluções individuais, esvaziando a dimensão evangélica do serviço aos pequenos, da denúncia das injustiças e das hipocrisias de uma falsa religiosidade e da busca, em primeiro lugar, do reino de Deus e de sua justiça.

**Como o espírito do Evangelho e do Concílio Ecumênico Vaticano II, que provocaram o surgimento da CPT, devem continuar norteando nossas decisões?**

## **5) CLARÕES NO LUSCO-FUSCO**

Pessoas e movimentos que prezam a vida do planeta e de todos os seres vivos vêm se firmando na convicção de que é preciso mudar o atual modelo de desenvolvimento. Nos diagnósticos de todo dia, este modelo é definido como, fundamentalmente, injusto, predador e economicista. Ao mesmo tempo, porém, poucos parecem dispostos a imaginar, como realista e viável, a proposta de “voltar atrás” e de renunciar aos avanços e confortos oferecidos pela tecnologia da civilização urbana de hoje.

A América Latina vive uma nova fermentação. Consolidam-se os chamados “governos populares de esquerda” que alcançam resultados vistosos no campo político-eleitoral. Mudanças profundas são anunciadas no campo político e social com reconhecimento de direitos de grupos minoritários e de comunidades tradicionais. Mas posturas e decisões assumidas durante o mandato, incoerentes com

as propostas anunciadas nas campanhas, provocam decepção cada vez mais sentida, mesmo onde, como no caso do Brasil, o governo tem a aprovação entusiasmada e fiel das grandes massas dos empobrecidos e dos “bolsistas”.

5.1 - Em nosso continente, de fato, jamais desapareceu um elemento, um fator que podemos definir como “comunitário tradicional”. Tradicional no sentido de se ligar a uma série de características ligadas ao sentido oriundo do latim *trádere* que significa “entregar, deixar em herança”. Numa preciosa herança a ser preservada, reconhecem-se os povos da “memória alternativa e perigosa” para o atual sistema hegemônico, os “remanescentes”. Indígenas e Negros em primeiro lugar; teimam em não desaparecer e, nestas últimas décadas, vêm se fortalecendo, levantando e conquistando visibilidade e poder. E no Brasil, um país-continente, estão presentes em todos os biomas.

Estas populações podem ser comparadas à pólvora. Sua cultura, resistência, modelos de vida, suas relações com a natureza são como manchas de pólvora. Quando sobre elas se lança um minúsculo palito de fósforo aceso, iluminam a escuridão. São populações que parecem estar se acabando, mas estão presentes, ainda que fragmentadas. O núcleo principal é formado por indígenas e negros, mas a eles se juntam cada vez mais outras tradições de povos e rostos, incluindo brancos, descendentes de migrantes europeus, e setores da classe média. Uma de suas principais características é o viés comunitário que se une à disposição de resistir, se solidarizar e sonhar. Está havendo um surto de povos em processo de “novas alianças”. São os mesmos que vibram, ano após ano, com a permanente proclamação de que “outro mundo é possível e necessário”. Hoje, muitos fazem questão de acrescentar que é também “urgente”.

### **O que, como CPT, podemos aprender com as comunidades tradicionais?**

5.2 - No contato com estas populações, a CPT acostumou-nos, contracorrente, a crer na utopia. Sem ela, é impossível pensar e ter esperança num futuro transformado.

A utopia tem tudo a ver também com o mundo bíblico e é uma vertente originária e inspiradora da CPT. Foi a partir dela - pro-

clamada Palavra de Deus – que a CPT e as igrejas se abriram para outras grandes e ricas tradições culturais e religiosas. O destaque, nesta vertente, permanece a parábola histórico-paradigmática do Filho de Deus, Jesus de Nazaré. Sua história e o horizonte do seu Reino, já se configuraram, entre nós, com uma expressão peculiar que costumamos sintetizar como “memória histórica e subversiva e transcendente da dimensão profética”. Não temos dúvida nenhuma que esta mesma expressão, que coube aos escravos hebreus do antigo testamento e ao pequeno resto dos pobres de Javé onde Jesus se inseriu, cabe também para as acenadas comunidades tradicionais.

### **Como vivenciamos e alimentamos a utopia da construção do Reino?**

5.3 - Com base na experiência da história, tanto na Bíblia como na vida, a CPT se posiciona, ainda hoje, para desvendar o “avesso das coisas”, pois, muitas vezes, o avesso revela-se o lado certo.

A título de ensaio e de moldura, citamos três “avessos bíblicos”.

1. Conquistada a libertação da escravidão do Egito, após uma profunda avaliação, produziu-se, por escrito uma síntese, colocada na boca de Moisés como a conclusão do difícil e longo processo da libertação, fundante de um povo. Declara, quase como um novo mandamento, a proibição de perder a memória: **“Lembrem-se sempre deste dia em que vocês saíram do Egito da casa da escravidão, quando Javé os tirou daí com mão forte” (Ex 13,3)**. Jesus sintetizará ainda mais este mandamento: **“façam isto em memória de mim!”**

2. Num cotidiano, localizado e sem importância de uma das últimas províncias do império romano, o jovem Mestre explica que uma conversão mais profunda, no horizonte do Reino, exige mudanças estratégicas e\ou estruturais, como diríamos hoje, pois **...ninguém põe remendo de pano novo em roupa velha, porque o remendo repuxa o pano e o rasgo fica maior ainda (Mt 9,16)**.

3. Frente a uma insuportável e inadmissível instrumentalização de leis e tradições religiosas, reduzidas a meras exterioridades, Jesus aponta para uma viúva que **“depositou duas pequenas**

**moedas que valiam uns poucos centavos, no tesouro do templo” e no entanto “depositou mais do que todos os outros” (Mc 13, 42-43)**

As atitudes aqui apontadas fogem à provisoriedade dos tempos e tornam-se paradigmas que valem em todas as latitudes e épocas. Não temos dúvida de que, a partir de todas estas posturas inspiradoras, podemos e devemos avaliar e valorizar perspectivas e luzes que, até recentemente, contavam pouco. Povos e culturas oprimidos podem nos oferecer novamente palavras re-criadoras de sentido que resgatam, no ser humano, o poder de decisão e de opção, a possibilidade de fazer história e dignidade.

**Como enfrentamos o desafio que se nos apresenta hoje, de aceitar o caminho da história, descobrindo e aceitando processos novos, mesmo que partam da raiz mais antiga desta terra, sobretudo a indígena e africana?**

**Tensões e conflitos de hoje** podem receber uma contribuição de lucidez - luz mais clara no lusco-fusco de longo prazo que nos tocou em sorte, nesta crise civilizatória - a partir das comunidades tradicionais.

# Direitos e deveres ambientais

## Os direitos da Terra

### 1. OS DIREITOS DO PLANETA TERRA

1.1– Ao clima: o planeta Terra comporta-se como um ser vivo e deve ter as condições de vida preservadas pelo ser humano, para benefício do próprio planeta, da comunidade da vida que o habita, particularmente o próprio ser humano.

Nós dependemos do planeta para existir; ele não depende de nós. Não podemos modificar seu clima, porque dependemos dele para estar aqui.

1.2– À cobertura vegetal: o planeta Terra, como qualquer ser vivo, tem seu próprio metabolismo.

Ele precisa de sua cobertura vegetal para processar seu metabolismo: absorver a luz do sol, realizar a fotossíntese, captar o gás carbônico exalado pelos animais, liberar oxigênio para todos os seres vivos. Portanto, nem toda a face da Terra está disponível para o ser humano praticar agricultura, ou construir cidades, ou desmatar em função de seus próprios interesses. Os zoneamentos ecológico-econômicos podem ser uma ferramenta útil no planejamento do que pode ser modificado e na definição do que não pode ser modificado.

1.3– Direitos da comunidade da vida: toda comunidade da vida que habita a face da Terra tem direito aos biomas, ecossistemas e demais condições ambientais para continuar vivendo. O ser humano depende dos demais seres vivos e não pode arrogar para si a exclusividade do direito à vida.

## **2. OS DIREITOS AMBIENTAIS DA CIDADANIA PLANETÁRIA**

2.1– Direito dos cidadãos do mundo ao clima estável: todas as pessoas têm direito a um clima saudável para viver.

2.2– Direito à água limpa: todos os seres humanos, comunidades, povos, têm direito à água potável para beber e para satisfazer as suas demais necessidades.

2.3– Direito à cobertura vegetal: todos os seres humanos têm direito à cobertura vegetal necessária para absorver o gás carbônico, ao clima adequado às suas vidas, aos bens produzidos pelos vegetais como grãos, legumes, frutas, frutos etc.

## **3. RESPONSABILIDADES PLANETÁRIAS**

3.1– Deveres planetários para com a Terra: todas as pessoas, comunidades e povos têm obrigações de manter o ambiente saudável da Terra.

Respeitar as florestas nativas, a biodiversidade que elas contém, os mananciais de água, os solos, o ar que respiramos.

3.2– O cuidado com o clima: preservar o clima adequado a todas as formas de vida é dever de todas as pessoas, comunidades e povos. Cabe ao conjunto dos seres humanos, na compreensão de uma cidadania planetária, construir uma aliança mundial para cuidar da Terra como um bem de todos os seres vivos, particularmente os seres humanos.

3.3– Com a vegetação: cabe a cada pessoa, comunidade e povo evitar que a pele da Terra seja ainda mais desmatada, destruindo a biodiversidade e expondo o planeta ao aquecimento global e demais males oriundos do desmatamento. Cabe a cada pessoa, comunidade e povo colaborar para que a Terra recupere a cobertura vegetal necessária para processar seu metabolismo.

3.4– Com os solos: os solos estão destinados a produzir alimentos para 6,5 bilhões de pessoas que hoje habitam a face da Terra. É uma responsabilidade que esses solos mantenham sua fertilidade para as futuras gerações. Portanto, é de responsabilidade atual a preservação dos solos para que produzam alimentos para toda a humanidade em qualquer época. Evitar o desmatamento de áreas frágeis, a salinização, a desertificação, a

degradação dos solos é obrigação da geração presente em vista das gerações futuras.

3.5– Com a água: hoje, na humanidade, 1,4 bilhão de pessoas não tem acesso à segurança hídrica e 2,4 bilhões não tem acesso ao saneamento ambiental. Em média 70% da água doce são destinados para agricultura, 20% para a indústria e 10% diretamente para o consumo humano.

Preservar as fontes de água doce, tanto as de superfície como as subterrâneas, evitar a poluição das águas, evitar sua privatização e mercantilização, é garantir o futuro dos humanos e demais seres vivos na face da Terra, tanto para os que dependem da água doce, como os que dependem da água salgada. Sem água não há vida. É dever de cada pessoa, cada comunidade, cada povo: preservar a água; mantê-la limpa; recuperar os mananciais degradados; respeitar o ciclo das águas sem sobrecarregar os aquíferos; fomentar uma agricultura de baixo consumo de água e que não a polua; garantir a água prioritariamente para saciar a sede humana e dessedentar os animais; reconhecer a água como um direito fundamental da pessoa humana e um patrimônio de todos os seres vivos.

3.6– Para com todos os povos: na cidadania planetária todos os povos têm direitos e deveres.

A justiça climática, no caso em que os que mais usufruíram do planeta foram também os que mais o destruíram, exige que os maiores predadores reconheçam os direitos dos prejudicados, inclusive os direitos da Terra, reorientem seu modelo de desenvolvimento, assumam responsabilidades tecnológicas, ambientais, sociais e econômicas perante os mais prejudicados. Que esses, que também tem sua contribuição a dar, estejam dispostos a utilizar seus recursos para o bem de seus povos e de toda a Humanidade.

# **Direitos ambientais no Brasil a partir dos biomas brasileiros**

## **1. OS DIREITOS DO BIOMA AMAZÔNIA**

O bioma Amazônia tem uma área de quase 4 milhões e 200 mil quilômetros quadrados e ocupa a totalidade de cinco estados – Acre, Amapá, Amazonas, Pará e Roraima -, grande parte de Rondônia (98,8%), mais da metade do Mato Grosso (54%), além de parte do Maranhão (34%) e Tocantins (9%). Sessenta por cento da Amazônia se encontra no Brasil, ocupando quase a metade – 49,29% – do território brasileiro. A Bacia Amazônica total ocupa 5% do território da América Latina, com 6,5 milhões de quilômetros quadrados e abriga a maior rede hidrográfica do planeta.

1. Os direitos do bioma Amazônia: por suas águas, floresta e imensa biodiversidade, a Amazônia presta um serviço ambiental incalculável aos amazônidas, ao povo brasileiro, a toda a humanidade e a todo o Planeta. Este bioma tem o direito de permanecer íntegro, livre da agressão humana e continuar prestando serviços ambientais a toda a comunidade da vida e ao próprio Planeta.

1.1- Os direitos dos povos amazônidas: os povos amazônidas, incluindo todos os países e povos que a ocupam, têm o direito primordial do usufruto dos bens oferecidos pela floresta amazônica, a usufruir de suas águas e de toda sua biodiversidade.

1.2- Os povos amazônidas, em território brasileiro, têm o direito de usufruir das terras amazônicas, considerando a fragilidade de seus solos, desenvolvendo atividades econômicas como a coleta, a pesca, o extrativismo, o manejo florestal e demais atividades que respeitem o ambiente em que vivem.

1.3- A reforma agrária que queremos na Amazônia precisa respeitar as características do bioma, mantendo a floresta em pé, desenvolvendo atividades econômicas que sejam adequadas ao bioma.

1.4- Todas as demais formas de acesso à terra, como os territórios indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais, têm que ser considerados como serviços ambientais desses povos ao povo brasileiro, à humanidade e a todo o planeta.

1.5- É dever de todos os povos, particularmente dos amazônidas, combater todas as formas de destruição da floresta, em especial as madeiras, a pecuária e as monoculturas, como a da soja e da cana.

1.6- Os direitos dos povos do mundo perante a Amazônia: todos os povos do mundo têm direito aos serviços ambientais oferecidos pela Amazônia - fixação de CO<sub>2</sub>; ciclo das águas, que vem até o Cone Sul do Continente; essências e fármacos oferecidos por sua biodiversidade, desde que respeitem os direitos primordiais dos povos da floresta, reconheçam e respeitem seus saberes, respeitem as políticas de preservação e soberania dos Estados que têm aí parte de seu território.

1.7- Os deveres ambientais do mundo perante a Amazônia: todos os povos do mundo, exatamente porque se beneficiam dos serviços ambientais dessa imensa floresta tropical, têm a obrigação de colaborar para que ela se mantenha em pé, inclusive colaborando com o ônus econômico que esse fato exige. Os povos do mundo têm que contribuir com os povos amazônidas para que protejam a floresta de toda destruição.

1.8- Os deveres ambientais dos povos amazônidas: os povos da Amazônia, uma vez respeitados seus direitos ambientais e demais direitos, têm o dever de manter a floresta em pé, usufruindo de sua biodiversidade, de suas águas, de seus solos, porém, sem destruí-los.

## **2. OS DIREITOS DO BIOMA CAATINGA**

O bioma Caatinga tem área de 844 mil e 453 quilômetros quadrados, que corresponde a 11% do território nacional e 53% do Nordeste. Ocupa todo o estado do Ceará e mais da metade do Rio Grande do Norte (95%), da Paraíba (92%), do Pernambuco (83%), do Piauí (63%) e da Bahia (54%), quase a metade de Alagoas (48%), e Sergipe (49%), além de pequenas porções de Minas Gerais (2%) e do Maranhão (1%). A população do Semi-Árido de hoje é de 17 milhões de habitantes, e dela faz parte a maior concentração de população rural do Brasil. Mas os povos da Caatinga, alguns deles como sobreviventes, convivem com ela há mais de doze mil anos.

Os solos da Caatinga são rasos (0,60 metros, em média). A maior parte do subsolo (70%) é constituída de rocha cristalino, mas

são significativas as regiões sedimentares, de solos mais profundos e presença de importantes volumes de água. O que caracteriza tecnicamente o clima semi-árido é uma precipitação pluviométrica (quantidade de chuva – 750 milímetros por ano) menor que a evapotranspiração (perda de água devido a insolação – 3 mil horas de sol por ano).

A temperatura é de 26 graus centígrados, em média.

O bioma Caatinga (“mata branca” em tupi), que só existe no Brasil, é também o mais desconhecido.

Atualmente, são conhecidas na Caatinga 510 espécies de aves, 240 de peixes, 154 de répteis e anfíbios, 143 de mamíferos e mais de 900 de plantas (eram apenas 50 em 1980). A Caatinga tem de 50 a 100 toneladas de biomassa por hectare, que podem absorver de 20 a 50 toneladas de carbono.

2.1– Os direitos da comunidade da vida da Caatinga: a caatinga, cobertura vegetal característica do bioma, dá o nome a este bioma exclusivamente brasileiro. Ela é perfeitamente adaptada ao clima semi-árido da região, com uma rica biodiversidade, e tem o direito de permanecer em pé, oferecendo seus serviços ambientais com ervas medicinais, forrageira natural para os animais silvestres e domesticados, flores para as abelhas produzirem mel, além de árvores frutíferas.

2.2– Os direitos dos povos da Caatinga: os povos da caatinga têm direito ao seu bioma com todas as riquezas que ele oferece, com todas as formas de vida que ele abriga, à água que cai sobre a região nos períodos chuvosos e que deve ser estocada para ser usada nos períodos naturalmente sem chuva.

2.3– Os deveres ambientais dos povos da Caatinga: os povos deste bioma, juntamente com as autoridades em nível federal, estadual e municipal, têm o dever de preservar a Caatinga, protegendo sua rica biodiversidade animal e vegetal, guardando a água nos períodos chuvosos para ser utilizada nos períodos sem chuva, promovendo uma convivência adequada com o bioma - a convivência com o semi-árido - através de tecnologias apropriadas, manejos florestais, uma educação contextualizada, uma reforma agrária contextualizada, usufruindo e potencializando os benefícios da região e respeitando os seus limites.

### **3. OS DIREITOS DO BIOMA PANTANAL**

O Pantanal é a maior área alagada de água doce do mundo. Possui grande diversidade em fauna e flora e rica diversidade cultural. No Brasil, o Pantanal abrange uma área de 150.355 quilômetros quadrados, compreendendo 25% de área no Mato Grosso do Sul e 7 % do Mato Grosso.

Toda essa riqueza o faz ser reconhecido pela Unesco como Patrimônio Natural Mundial e como Reserva da Biosfera, que inclui o patrimônio cultural.

É necessário, então, implementar um conjunto de medidas que garantam sua recuperação e preservação, e que sejam integradas com o bioma Cerrado, já que boa parte dos rios que alimentam o Pantanal nasce naquele bioma.

3.1– Os direitos da comunidade da vida do Pantanal: todos os seres vivos que formam o ambiente do bioma Pantanal, sejam vegetais ou animais, em perfeita interação com a dinâmica de suas águas, têm o direito de encontrar ali, de forma permanente, o espaço para continuar vivendo e se reproduzindo.

3.2– Os direitos do povo pantaneiro: este é formado pelos povos indígenas, que convivem com o Pantanal desde tempos imemoriais, e pelos demais grupos sociais que, depois de muitos anos de ocupação na região, formam uma comunidade pantaneira, de gente que conhece e vive adaptada a esse ambiente. É direito da população pantaneira usufruir de seu bioma, pescando em suas águas, cultivando seus animais e protegendo sua beleza, em função de suas comunidades.

3.3– Os deveres ambientais dos povos do Pantanal: os povos que ocupam o Pantanal têm o dever de preservar esse ambiente, preservando suas matas, respeitando o ciclo de suas águas, a reprodução dos animais, assim preservando esse ambiente para a atual e as futuras gerações.

### **4. OS DIREITOS DO BIOMA MATA ATLÂNTICA**

O bioma Mata Atlântica tem área de 1 milhão e 110 mil quilômetros quadrados. Ocupa inteiramente três estados: Espírito Santo, Rio de Janeiro e Santa Catarina, e 98% do Paraná, além de

porções de outros 11 estados brasileiros: Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul, Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Goiás, Mato Grosso do Sul.

4.1– Os direitos da comunidade da vida do bioma Mata Atlântica: a comunidade da vida da Mata Atlântica concentra uma das maiores biodiversidades da face da Terra por metro quadrado.

Restam da Mata Atlântica apenas 7% de suas condições originais. O que existe deste bioma precisa ser preservado, para o bem de 120 milhões de pessoas que habitam em seu espaço e de todas as espécies vegetais e animais que aí vivem.

4.2– Os direitos ambientais dos povos que habitam a Mata Atlântica: os 120 milhões de brasileiros que vivem nesse espaço têm direito a um ambiente sadio, preservando o que resta das nascentes, das matas para dar qualidade ao ar e à temperatura dos grandes centros urbanos.

4.3– Os deveres ambientais dos povos da Mata Atlântica: é fundamental que os povos que ocupam o espaço da Mata Atlântica incentivem a recuperação do que for possível, preservando o que resta de biodiversidade vegetal e animal e de nascentes de águas que abastecem os grandes centros urbanos. É função, particularmente das autoridades, criarem mecanismos de preservação dessas áreas, reprimindo a especulação imobiliária e a devastação das áreas de risco e encostas. É obrigação das autoridades constituir ambientes sadios para as grandes cidades, em termos de coleta e tratamento de esgoto, saneamento de rios, escoamento das águas pluviais, manejo de resíduos sólidos e controle de vetores de doenças.

É preciso repensar as próprias cidades, suas fragilidades diante das possíveis falhas em sistemas elétricos, abastecimento de água, caos no trânsito, poluição do ar e das águas, talvez com um incentivo à redistribuição da população em cidades menores, ambientalmente mais sustentáveis, humanamente mais dignas.

## **5. OS DIREITOS DO BIOMA CERRADO**

O bioma Cerrado tem área de 1 milhão e 36 mil quilômetros quadrados. Ocupa a totalidade do Distrito Federal, quase todo o estado de Goiás (97%) e Tocantins (91%), mais da metade do

Maranhão (65%), Mato Grosso do Sul (61%), Minas Gerais (57%), além de porções de outros estados.

O bioma vem sendo devastado pela pecuária extensiva, monoculturas de soja, eucalipto etc, impactando de forma irreversível a grande caixa d'água brasileira, que abastece as bacias do São Francisco, Paraná e Amazônica.

5.1- É de direito dessa biodiversidade e sociodiversidade que o Cerrado seja devidamente preservado, pelo bem que é em si para toda sua comunidade de vida, pelo bem que presta distribuindo águas para todo o território nacional.

5.2- Os direitos ambientais dos povos do Cerrado: todas as comunidades que habitam tradicionalmente o Cerrado – piquizeiros, geraizeiros, quilombolas, índios, pequenos agricultores etc., bem como os recém chegados – têm direito a um ambiente sadio para viver no Cerrado, usufruindo de sua biodiversidade animal e vegetal, de suas águas, para o bem da atual e das futuras gerações.

5.3- Os deveres ambientais dos povos do Cerrado: é dever de todos que habitam e exploram o Cerrado evitar que ele seja desmatado, colaborar para que todas as nascentes e aquíferos sejam preservados, para o bem das gerações atuais e futuras, assim como de toda a comunidade de vida desse bioma.

- Formar grupos de estudo nas comunidades, escolas, universidades e igrejas sobre o Cerrado, buscando aprofundar a consciência da população sobre a necessidade de preservá-lo para se viver bem.
- Fomentar estudos, pesquisas e registros sobre o patrimônio histórico e ecológico do Cerrado para uma posterior difusão desse conhecimento.

Incentivar a criação de cursos de graduação e pós-graduação específicos sobre o bioma Cerrado.

- Incluir o estudo do bioma Cerrado no currículo das escolas.
- Elaborar e aplicar políticas públicas efetivas e adequadas de respeito e valorização das culturas tradicionais: indígenas e quilombolas.
- Ampliar a fiscalização sobre as terras do Cerrado. Combater sua ocupação desordenada e ilegal, em especial das áreas de proteção ambiental.
- Criar e/ou fortalecer o Conselho de Fiscalização das Secre-

tarias do Meio Ambiente, com o intuito de barrar as investidas do latifúndio na região.

Incentivar também a criação de comitês ecológicos populares e de um serviço de disque-denúncia do Cerrado.

- Combater o hidronegócio, que está secando as águas do Cerrado.

- Promover audiências públicas em todos os municípios da região sobre o bioma Cerrado.

- Democratizar o uso das terras, combatendo a grilagem, a pecuária e a monocultura extensivas (agronegócio), destinando-as aos povos tradicionais e camponeses para o cultivo de alimentos.

- Combater o financiamento público ao agronegócio, exigindo que os financiamentos produtivos e estruturais sejam destinados para o fortalecimento da agricultura camponesa e agroecológica.

- Denunciar a biopirataria e exigir que o governo implemente ações de combate à apropriação indevida do conhecimento tradicional.

- Defender que o Cerrado seja considerado Patrimônio da Humanidade, criando-se assim uma série de leis para protegê-lo.

## **6. OS DIREITOS DO BIOMA PAMPA**

O bioma Pampa tem área de quase 176 mil e 500 quilômetros quadrados. Ocupa 63% do território do estado do Rio Grande do Sul. “Pampa” é termo de origem indígena e significa “região plana”.

Esta denominação, no entanto, corresponde somente a um dos tipos de campo, mais encontrado ao sul do Estado do Rio Grande do Sul, atingindo o Uruguai e a Argentina. Outros tipos conhecidos, como “campos do alto da serra”, são encontrados em áreas de transição com o domínio de araucárias. Em outras áreas encontram-se, ainda, campos de fisionomia semelhantes à savana. Os povos deste bioma têm cultura característica e são responsáveis pela designação genérica de toda a população do estado como “gaúchos”.

6.1– Os direitos da comunidade da vida do bioma Pampa: o Pampa, bioma compartilhado com vários países do Cone Sul, área natural de pastagens, abriga também uma rica sociobiodiversidade. É direito de toda a comunidade de vida que o habita que sua vegetação natural seja preservada, bem como sua fauna, impedindo

que monoculturas exóticas como o pinus e eucalipto tomem conta desse bioma.

6.2– Os direitos dos povos do Pampa: os povos que habitam o Pampa construíram através de sua história uma convivência com esse bioma, ocupando os espaços de pastagem natural, ora de forma adequada, ora de forma predatória. É de direito desses povos terem a face natural desse bioma preservada para continuar usufruindo de seus benefícios, sem prejudicar a flora e a fauna existentes.

6.3– Os deveres ambientais dos povos do Pampa: é dever dos povos do Pampa preservar, juntamente com as autoridades competentes, a biodiversidade animal e vegetal do Pampa, preservando conjuntamente a cultura gaúcha ali construída em séculos de ocupação, tanto para o bem das gerações presentes como das gerações futuras.

Substituir o modo de produção das áreas hoje ocupadas pelo agronegócio com monoculturas de soja, arroz e criação extensiva de gado pela agricultura camponesa através de uma reforma agrária, incentivando sua utilização num processo combinado de recomposição da vegetação original e de cultivo agroecológico de alimentos saudáveis.

Recuperar as fontes de água potável, os rios e a Lagoa dos Patos, através de políticas de despoluição, replantio das matas ciliares e redefinição de seu uso. Eliminar a produção transgênica, como no caso da soja.

Adotar medidas de controle da comercialização da água e sua exploração. Adotar políticas de industrialização, adequando a necessidade de busca de soberania alimentar e o potencial de matérias primas.

## **7. OS DIREITOS DO BIOMA ZONA COSTEIRA**

Tem uma área de 4 milhões e 500 mil quilômetros quadrados - metade do território do Brasil.

É tão extenso por incluir as 200 milhas marítimas do Atlântico que estão sob jurisdição brasileira.

É muito diversificado e complexo, porque é um berço de vida construído na relação entre o mar e o continente, com toda a sua biodiversidade.

É um bioma formado por muitos ecossistemas, isto é, por nichos

diferenciados de articulação entre os fatores que possibilitam e mantém formas de vida que, contudo, constituem um berço de vida, um bioma, com muitas características comuns. Alguns estudiosos denominam o bioma como Ecossistemas Costeiros, tal a diversidade. Mas, como isso poderia passar a falsa idéia de que não haveriam características comuns, assumimos a proposta de reconhecê-lo como Zona Costeira.

Os mangues são grandes nichos diferenciados de vida de peixes e outros seres vivos aquáticos, formados pelo casamento entre a água do mar e, às vezes, de rios e lagos, terra e vegetação.

São ecossistemas frágeis, delicados, mas que servem, entre tantas outras coisas, como as areias das praias e das dunas, bem como as falésias e o emaranhado de raízes, galhos e folhagem da vegetação, para amortecer eventuais movimentos mais bruscos das ondas do mar.

Muitas cidades brasileiras foram construídas à beira do mar, sobre áreas de mangue e, algumas vezes, sobre áreas tomadas ao mar.

7.1 – Direitos da comunidade de vida do bioma Zona Costeira.

Existindo muito antes do ser humano, todos os seres vivos dos mares e dos territórios que com eles dialogam têm direito às condições que favoreçam sua existência e reprodução. Direito à pureza das águas, das areias das praias, do ar; direito aos santuários dos mangues, em que se refaz a festa da vida de inúmeras espécies, terrestres e aquáticas...

7.2 – Direitos dos povos da Zona Costeira.

Os povos indígenas sobreviventes ao genocídio da colonização européia têm o direito originário a viver neste bioma. Igual direito têm as comunidades que constituem o povo Caiçara, formado a partir de interações culturais de sobreviventes indígenas, negros e portugueses empobrecidos.

Eles têm o direito a um território para viver segundo seu modo de vida, mas também o direito a ter acesso às riquezas alimentares, farmacêuticas e bens geradores de renda, livres de poluições e outras iniciativas que comprometam o equilíbrio vital do bioma.

Também as comunidades de pescadores/as artesanais têm o direito adquirido de viver e praticar a pesca como sua fonte principal de vida e de geração de renda, bem como de contar com um território comum para a produção de subsistência.

7.3 – Deveres ambientais dos povos da Zona Costeira.

É dever dos povos deste bioma preservar tudo que interfere, torna possível, mantém e torna possível a reprodução da rica biodiversidade da Zona Costeira. Devem, por isso, evitar todo e qualquer tipo de atividade que polua as águas dos mares, dos rios e lagos, bem como as praias e territórios que constituem este bioma. É seu dever também preservar a vegetação típica dos mangues e das demais áreas próximas ao mar.

É dever particular das pessoas e comunidades que passaram a viver em cidades e em vilas de lazer próximas às praias tomar consciência das potencialidades e fragilidades do bioma para, coerentemente, cuidar dele e evitar todo tipo de atividade que coloque em risco ou agrave as agressões já praticadas contra seu equilíbrio e vitalidade.

É seu dever exigir as mudanças que sejam necessárias para que os projetos urbanos não agridam ao bioma.

É dever desses povos também exigir dos governantes que sejam evitados empreendimentos agressivos ao bioma, em particular no que se refere ao turismo, à indústria, aos portos e à carcinicultura.



# A diversidade camponesa: um desafio para a CPT

Jelson Oliveira<sup>1</sup>,  
Wilton Borges<sup>2</sup>, Dirceu Fumagalli<sup>3</sup>

Pretendemos mostrar como a diversidade do campesinato brasileiro representa um desafio, já que expressa a construção histórica de uma identidade sociocultural por parte de inúmeras comunidades tradicionais. A diversidade, assim, deve ser vista como uma forma de resistência política que traduz a necessidade de criação das condições de que a vida se desenvolva. Para a CPT, em preparação ao seu III Congresso Nacional, a diversidade camponesa expressa no âmbito humano aquilo que os biomas expressam no âmbito natural: a harmonia sagrada do reino da vida, demonstração da vontade do Criador de que vivamos em comunhão na diversidade.

## **A DIVERSIDADE COMO RESISTÊNCIA POLÍTICA**

A história da vida é a história da reprodução, da conservação e da ampliação das condições que garantem a vida. A vida, dessa

---

<sup>1</sup> Agente da CPTPR, doutor em Filosofia, diretor do Curso de Filosofia e professor do programa de pós-graduação (mestrado) em Filosofia da PUCPR; poeta, autor de vários livros; co-autor de *Ética de Gaia: ensaios de ética socioambiental*.

<sup>2</sup> Agente da CPTPR, professor de Filosofia na rede pública de ensino no Paraná e na PUCPR, mestre em direito pela UFPR, especialista em sociologia política e co-autor de *Ética de Gaia: ensaios de ética socioambiental*.

<sup>3</sup> Agente da CPTPR, membro da coordenação nacional da CPT, mestre em liturgia pela Faculdade de Teologia Assunção, São Paulo.

forma, só pode ser pensada no infinitivo viver, pois o verbo se revela nela enquanto necessidade. Já que está lançada em sua própria necessidade a vida se impõe a si mesma antes de qualquer razão: a vida quer viver! Desde os menores seres, entre os quais estão os fungos, bactérias e insetos, até os seres humanos, a vida das espécies tenta crescer e se expandir. Para isso, inventa as mais complexas medidas e implementa os mais estranhos e misteriosos expedientes. No caso humano a vida se desenvolve no quadro das instituições e da cultura. Os cientistas sociais chamam de cultura a tentativa de conhecimento e domínio do meio, busca de alimentação, moradia, remédio, vestimenta, ritos sexuais - que formam esse movimento da vida humana em busca de si mesma. O ser humano, diferente dos demais seres, não se contenta com a satisfação das necessidades vitais: ele quer transcender-se e para isso, reveste de significados as exigências da vida. Porque não se satisfaz apenas comendo, ele inventa a culinária e enfeita mesas e reúne os familiares e amigos em torno delas para comemorar (comer, morar, memorar juntos). Porque não quer apenas se aquecer do frio ou refrescar-se do calor, ele se enfeita com peças e acessórios coloridos, tece faixas e fitas e inventa a moda. Porque não quer apenas reproduzir-se, ele cria jogos secretos de fantasias, marca o corpo e adorna a alma para encantar a pessoa amada e com isso inventa as diversas formas de amar. Porque não quer apenas proteger-se das intempéries da natureza e dos inimigos, ele ergue para si telhados de todos os tipos, decora as paredes, enverniza objetos e inventa a arquitetura. E quando tudo isso parece suficiente, ele ainda não está realizado e olha para o infinito da natureza e ultrapassa, com seu olhar, os limites do horizonte para enxergar, além de tudo, Deus. E então ele reza e inventa ritos e embrulha toda a sua vida e o universo inteiro com a sacralidade das religiões. Como disse o poeta, não temos fome apenas de pão, mas de beleza!

No caso humano, não se trata, portanto, de uma mera evolução ou crescimento: a vida humana acontece no estado vegetativo e vitalista (como ocorre entre os animais, nossos parentes) e a reprodução, manutenção e desenvolvimento acontecem nos valores de cada cultura cuja base não é outra coisa senão motivação da própria vida autocriativa, que quer viver e se cria a si mesma a cada instante.

E nunca fazemos as coisas sozinhos. Porque sozinhos somos

vencidos pelas forças da própria vida e então precisamos nos unir aos semelhantes para sobreviver. Experimentamos processos coletivos, abertos e intercambiáveis. Somos num fluxo vivo com todos aqueles e aquelas com os quais partilhamos o mesmo espaço e o mesmo tempo sejam eles homens, mulheres, bichos ou qualquer um dos demais seres orgânicos ou inorgânicos. Essa é a rede ou a teia da vida. Uma experiência que os ecólogos têm chamado de ecologia profunda<sup>4</sup>, ou seja, uma visão que tenta mostrar que a natureza não tem um mero valor instrumental e que o ser humano não é um ser à parte dela, mas na qual ele está radicalmente integrado. O mundo, segundo a visão da ecologia profunda, é uma rede de fenômenos interconectados e interdependentes: estamos todos unidos e dependemos uns dos outros, umas das outras, estamos conectados com todo o cosmos. Somos seres da conectividade e da imensa amizade natural que nos envolve.

Se de um lado estamos buscando a preservação e expansão da vida e se, de outro lado, estamos sempre ritualizando e sacralizando esse processo de forma coletiva e integrada ao meio que nos cerca, então é presumível concluir que cada indivíduo, como participante de um grupo social que tenta sobreviver, faz parte daquilo que chamamos de cultura – algo que nasce com esse povo e revela a sua forma de vida e de compreensão da existência. A cultura de cada grupo social nasce como uma forma de enriquecer esse processo de sobrevivência, doando-lhe um significado. Cada povo, assim, conquista para si uma forma de resistir, de sobreviver, de ser feliz. Por isso, toda cultura é uma forma de resistência. E quanto mais diversidade cultural existir, mais forte será a resistência, porque mais forte são as armas que cada povo constrói para sobreviver. Essas armas não são feitas de aço e pólvora - pelo menos não só delas. As armas de resistência do povo é o conjunto de seus ritos, conhecimentos e formas de expressão que compõem aquilo que chamamos de sua cultura. A língua de um povo revela a experiência que ele tem na rede da vida, é a sua forma de expressar o jeito como resiste no lugar, de comunicar aos filhos como viver em determinado espaço e de criar

---

<sup>4</sup> A expressão ecologia profunda dá nome a um novo paradigma de compreensão do lugar do ser humano na natureza. Trata-se de um movimento filosófico e também popular que foi fundado pelo filósofo norueguês Arne Naess, nos anos 1970.

as condições de expansão da vida nele. Dar nomes é o gesto poético mais acabado que nos diferencia dos animais: pela língua temos a capacidade de transmitir experiências uns aos outros. A linguagem é o sinal de que somos, de fato, seres de relação – comunidade. Assim também o jeito de preparar um prato para o almoço, que implica o plantio daquela semente, o cuidado do tempero que ele exige, o jeito certo de misturar os ingredientes ou de assar a iguaria – isso é uma forma de manifestar as condições de sobrevivência e, portanto, de resistência de um povo. A forma de rezar, a roupa da festa, o colar do enfeite, o jeito de construir a casa, a forma de cultivar a terra e expressar a relação com ela, o nome da terra, os mitos e as histórias inventadas para narrar e engendrar respostas para os inúmeros enigmas da existência... tudo isso faz parte da cultura de um povo. E esse é o seu legado para a humanidade inteira. É por esses gestos que entendemos com mais profundidade aquilo que realmente quer dizer essa palavrinha esquisita: hu-ma-ni-da-de! Porque somos mais humanos na medida em que respeitarmos a cultura dos povos. Somos mais humanos na medida em que formos mais diversos, mais diferentes, mais múltiplos em rostos, atitudes e formas de explicação do mundo.

A diversidade implica, portanto, abrir mão da noção de verdade absoluta. Essa é a face política da verdade. Para que haja diversidade, precisamos reconhecer que o outro ou outra tem uma verdade que deve ser respeitada e valorizada. Como disse o monge, “a beleza do mundo é a quantidade de mundos que o mundo contém”! Essa é a lição da diversidade: precisamos reconhecer que a vida é algo tão complexo que não poderia ser conhecida e dominada apenas por um povo e nem esse povo é proprietário da única forma de sobrevivência

Os sistemas de valores que perpassam as mais variadas culturas são constituídos como caminho através do qual os indivíduos encontram possibilidade de vida. Dessa forma reconhecemos que os variados modos de se viver são formas adotadas para preservar a vida. Por isso o universo cultural de cada povo precisa ser respeitado, uma vez que cumpre a tarefa da reprodução e desenvolvimento da vida, cada povo a seu modo. O reconhecimento desse fato nos coloca diante de um universo de possibilidades de aprendizado e de revisão dos valores e mediações adotadas dentro de cada cultura. As

diferenças nos ensinam. Os humanos compartilham universalmente de certa visão da realidade: essa visão, contudo é possibilitada pelos diversos universos culturais espalhados pelo mundo afora. A comunidade planetária humana tem a oportunidade de aprender a ser humana a partir das variadas contribuições culturais, respeitando sempre o imperativo de reproduzir e manter a vida em comunidade. Ao contemplar o rio Araguaia o índio Karajá vê nele a sua própria origem; os negros reverenciam no rio o seu orixá Oxum; a vida do rio é a vida dos povos ribeirinhos: o rio dessa forma é mediação para a vida. É sempre o mesmo rio, mas cada povo tem uma razão diferente para preservá-lo. Os artistas olham para o rio e o materializam na sua obra. Cada povo com sua cultura nos ensina a olhar o rio e a toda a realidade que nos cerca de um modo diferente.

Como o capital lida com o rio? Construindo barragens em nome de um (entre outros) modelo cultural de reprodução da vida que tem como finalidade não a própria vida, mas o valor absoluto do lucro. O problema é que, com o poder da barragem, esse modelo instala-se como único (deixa de ser um entre outros) e destrói todos os outros. Aliás, a marca da diversidade é justamente a capacidade de com-vivência, dentro de um mesmo espaço, com diversas formas de vida sem destruir umas às outras. Por isso a interpelação e o diálogo com as diferentes culturas é o antídoto eficaz contra os processos de colonização, na qual ocorre a invasão de um universo de valor sobre o outro. A imposição de uma visão de mundo como única violenta o direito das comunidades de se autocriar e autodeterminar, isto é, dizer quem é a partir de si mesma e implementar o seu próprio universo moral e cultural em busca de sobrevivência. Essa é a exigência da condição humana.

Dessa forma estamos lançados diante das diferenças e a partir delas nos identificamos e dizemos quem somos. E isso é paradoxal: quanto mais quisermos ser nós mesmos, mais somos obrigados a respeitar as outras pessoas em suas identidades. Ainda que isso custe um pouco, precisamos nos abrir para a experiência de vida dos demais, interessarmo-nos pelas formas com que cada indivíduo e cada povo – enquanto um estranho – inventa para si as condições de vida. Como somos seres de relação, é o olhar sobre o outro e o olhar do outro, que moldam o nosso caráter.

Ocorre que uma das características do Estado moderno é

justamente a tentativa de padronização e racionalização das experiências sociais e culturais do povo. Trata-se de um processo de simplificação do mapa cultural com o fim de facilitar a intervenção e a administração e tem como conseqüência a diminuição drástica das diferenças e a anulação das particularidades dos vários contextos sociais de um povo. Tudo em nome do mito do progresso e do falso-ideal do desenvolvimento. Como o contexto cultural está intimamente ligado ao contexto ambiental, esse processo também produz uma uniformização do meio natural, através da destruição de biomas e da padronização da produção agrícola e pecuária, criando uma ordem artificial corrosiva de toda a estrutura natural e cultural de uma determinada região<sup>5</sup>. A anulação da diversidade cultural e natural, assim, aparece como marca do Estado moderno seqüestrado pela economia capitalista que transforma tudo (e todos) em mercadoria, e expressa o ideal do pensamento único que anula os saberes populares para implantar um lugar único de produção da verdade. Como conseqüência, temos a ocultação generalizada das diferentes formas de ver o mundo e de o mundo ser.

O Estado moderno, com seu processo de racionalização dos espaços, ao medir, por exemplo, os mapas da Amazônia ou do Cerrado, tenta enquadrar a rica diversidade de climas, solos, bichos e gentes, numa tabela ou num mapa segundo as regras da sua racionalidade científica. Com isso, anula ou ignora as inúmeras tradições culturais que ali se manifestam e vivem. Na história brasileira, os exemplos desse tipo de atitude por parte dos governos, são inúmeros, desde os primórdios do processo colonizatório: a morte das línguas, o desaparecimento de grupos autóctones, a supressão da biodiversidade, o fim das práticas tradicionais de cultivo do solo... tudo isso são tristes sinais desse movimento de anulação das diversas manifestações da vida em nosso país, em seu processo de constituição de uma nação homogênea e unificada, capaz de ser governada e controlada a partir de um centro, com a eficácia dos padrões e dos números. Desde invasão européia a serviço do Estado português,

---

<sup>5</sup> Essa tese foi expressa pelo antropólogo James Scott, principalmente em sua obra *Seeing like a state – how certain schemes to improve the human condition have failed* (1998) e comentada pela profa. Sheila Maria Doula, no seu artigo intitulado *Meio ambiente e conhecimento local no discurso camponês latino americano*, disponível em: [http://universum.usalca.cl/contenido/index-01\\_doula.pdf](http://universum.usalca.cl/contenido/index-01_doula.pdf).

a história brasileira foi marcada pela negação da diversidade aqui existente, pelo subjugamento dos povos e pela tentativa de homogeneização cultural. Nesse processo, os elementos formadores das culturas indígenas aqui residentes foram anulados e descartados em nome do modelo europeu, tido como melhor. Isso passou pelo massacre do povo, morte das línguas, substituição e proibição de crenças e ritos etc. Pouco tempo depois esse mesmo processo sofrido pelos indígenas foi vivido pelos escravos, a quem foi negada não só o direito à cultura, mas a própria condição humana.

O verdadeiro Brasil – nós todos sabemos – não se revela nos mapas e nos gráficos dos gabinetes. Aliás, ali ele nunca esteve. E na medida em que não está, com a chegada dos grandes projetos de colonização, ele passa a não existir. E como não existe no mapa ou no gráfico, esse Brasil vai sendo rapidamente massacrado até o completo desaparecimento. O mundo funcional dos gabinetes governamentais e o mundo de fato das populações tradicionais que habitam a geografia nacional ainda não se encontraram. E se há alguma vantagem nisso (alguns poderiam pensar que é melhor que esse encontro nunca aconteça, para o bem do povo), é bem verdade que o silêncio desse Brasil de fato traz muitos e grandes perigos. Inibido e calado, esse Brasil das populações tradicionais e dos biomas, diverso em seus discursos e imenso em sua geografia, vai sendo vítima de um estado autoritário que, em nome do bom governo, inibe a iniciativa e a criatividade da sociedade civil, desmotiva a mobilização popular, anula as manifestações culturais, engessa a vida.

Como resultado, temos uma sociedade civil cada vez mais prostrada diante dos interesses do governo central e não poucas vezes instrumentalizada pela força do Estado que fecha os olhos para seus interesses. Essa sociedade enfraquecida já não sabe mais criar a si mesma e não tem mais capacidade de adaptação frente aos eventos inéditos que circulam a realidade – em outras palavras, ela perde a capacidade de reprodução, desenvolvimento e expansão da vida e fica cada vez mais dependente do modelo único central. Exemplos também são fartos: o agricultor que não planta mais a horta porque não come mais a receita do carneiro que não precisa mais do tempero próprio porque no mercado tem tempero pronto e carne temperada; o frango congelado que substituiu o frango caipira e levou à perda da espécie caipira; o leite em caixinha; etc. A força desse processo está

na ideologia do high-modernism (alto-modernismo) engendrada pelo pensamento único: ele passa a idéia de que as culturas (o que inclui o discurso, os costumes e o pensamento) locais são atrasados e que a modernidade é muito mais prática, cômoda e feliz. Esse discurso da alta tecnologia que invadiu o campo brasileiro e latino americano a partir dos anos 60, quando a elite modernizadora copiou o modelo norte americano, provocou muitas modificações no modo de reprodução da vida em nossos países.

Cinquenta anos depois, nos reunimos para chorar: quanta vida se perdeu, quanto da nossa paisagem deixou a fertilidade para retratar a seqüidão desértica, quanto as pessoas perderam de si mesmas em termos de cultura, de valores, de humanidade! Ao buscar melhores condições de produção e aumento da produtividade, a monocultura se espalhou pela geografia nacional como um parasita, engolindo rios e gentes, anulando a complexidade ambiental, alterando climas, espalhando epidemias, mercantilizando sementes, contaminando solos, espantando divindades, cultos e tradições. A Revolução Verde é o melhor exemplo das políticas do Estado moderno efetivadas pelo regime do mercado capitalista, porque ela arrancou o povo do campo e escravizou a seu bel-prazer os que aí permaneceram, ela esvaziou a vida de seu sentido mais pleno e reduziu o controle do povo sobre as condições de reprodução da vida, tornando-o fraco e subserviente. A Revolução Verde, com sua engenharia social geométrica, espalhou uma falsa modernidade pelos campos brasileiros e sua conseqüência mais catastrófica foi a homogeneização das mentes e corações, anulando a capacidade política de manter a diversidade como gesto de resistência.

## **A DIVERSIDADE DO CAMPESINATO BRASILEIRO**

Com o fim da ditadura militar, nos anos 1980 e a homologação da nova Constituição, em 1988, vários grupos sociais e culturais tiveram a possibilidade de romper o círculo do silêncio a que estavam submetidos e reivindicar para si novamente o direito às condições de reprodução da vida. Nem todos conseguiram fazê-lo e a maioria não concluiu ainda esse processo, mas o movimento histórico tem dado contornos mais nítidos para essas identidades locais, muitas vezes perante o apoio de políticas governamentais e

talvez, por efeito da exposição midiática (como é o caso em muitos países latino-americanos). Mais pobres e enfraquecidas, diminuídas em sua cultura e em seu ambiente, essas populações tentam resistir ao processo de anulação da diversidade representado pela nova onda de desenvolvimento que ocupa todos os noticiários.

Em termos históricos, o campo brasileiro foi formado por uma rica multiplicidade de povos que fundaram a imensa diversidade camponesa, que se revela em diferentes formas de viver e conviver entre si e de cuidar da terra. Essa diversidade vai além das tradicionais classificações do IBGE em termos da cor da pele dos brasileiros (branco, preto, amarelo, pardo ou indígena)<sup>6</sup>. Trata-se da evocação de uma diversidade não apenas “de marca”<sup>7</sup>, ou seja, guiada pela cor da pele, mas pela diversidade com a qual se explica a origem sociocultural dos grupos sociais que formam o Brasil. Aliás, a negação da diversidade aparece como característica nacional na medida em que em nosso país, o “abrasileiramento” de um indivíduo ou de uma pessoa é medida geralmente pela capacidade de negação de sua origem, ou seja, para sermos brasileiros, em boa parte, precisamos recusar nossa pertença às minorias culturais ou, em outras palavras, quanto menos mantivemos nossa origem étnico-cultural, mais brasileiros nos tornamos. Por isso, pouca importância se deu na sociedade brasileira ao problema da origem (no sentido de pertença) cultural, enquanto cada vez ganha mais relevância o problema da cor da pele. Assim, ao tratarmos da questão da diversidade camponesa, estamos retomando essa problemática no sentido de revalorização da problemática da “origem” em detrimento daquela que diz respeito à “marca”. Além disso, é sempre bom notar que muitas pesquisas já comprovaram que, em termos genéticos e biológicos, é quase

---

<sup>6</sup> É bom lembrar que até o século XIX a classificação mais importante usada para recenseamento populacional era a condição civil de “livre” ou de “escravo”. Só em 1872 e 1890 recorre-se ao cadastramento pela cor da pele e em 1940 esse item ganha importância, certamente motivada pelas preocupações racistas em torno do melhoramento de raça do povo brasileiro então em vigor. Mais tarde, nos anos 1970, perante afirmações que tentavam passar a idéia de que o Brasil não é racista, o problema da raça é excluído do censo novamente.

<sup>7</sup> Expressão de Oracy Nogueira em seu livro. “Tanto preto quanto branco”. Estudos de relações raciais (1985), no qual o autor explica que nos Estados Unidos as diferenças “de origem” é que definem a identidade dos negros, enquanto no Brasil essa distinção está ligada à cor da pele (diferença “de marca”, portanto).

impossível classificar e delimitar o povo brasileiro segundo critérios de cor. De outro lado, a imprecisão da classificação de origem também evoca a dificuldade de delimitação cultural. Resta, pois, usar a discussão sobre a origem cultural como mote para a revalorização das identidades, articulando a questão da diversidade com o debate em torno dos territórios.

A articulação da geografia com a formação do povo brasileiro está por trás do conceito de território, ou seja, trata-se da valorização do espaço enquanto lugar da construção das identidades locais, no qual as tradições culturais integram-se ao espaço a tal ponto de tornarem-se qualidades do lugar, ou seja, obras humanas que se unem às características naturais e geográficas a fim de formar o território, um conceito de uso sócio-cultural. Território não é apenas o habitat, a região ou a área na qual determinado povo constrói as condições de sua vida. Pela ocupação e exploração desse espaço por parte do povo, ele se transforma num território que une natureza e humanidade. Com ele, supera-se a visão naturalista tradicional da geografia (que vê a natureza sem as pessoas) e evoca-se uma visão dialética na qual o ser humano se identifica com o lugar, altera e cria o território como resultado da adequação de suas necessidades e desejos e a realização das condições de expansão da vida. Em outras palavras: através desse precioso conceito, recorreremos a uma noção na qual a terra se integra às pessoas e vice-versa, para expressar o lugar sociocultural no qual a vida se realiza em sua plenitude e no qual a humanidade abandona seu antropocentrismo para apresentar-se como agente e sujeito da criação de sua identidade. Esse espaço acumula uma herança de lutas e violências, festas e mortes, formas de uso da terra e estabelecimentos humanos pelos quais o território se torna um conceito político: nele a terra não é apenas a terra, mas o que nela se vivenciou como expressão da identidade do grupo social que a transformou de mero espaço geográfico em território de vida. A terra é o acúmulo de discursos e consciências que guardam um jogo político e por isso ela guarda a complexidade dos interesses e dos projetos do povo que aí vive. Por isso, pensar o território é pensar as identidades e diversidades do campesinato brasileiro.

Na ocupação do território brasileiro destaca-se esse processo no qual a terra e o povo se inter-relacionam, vindo a formar uma imensa rede sociodiversa na qual se destacam as inúmeras comuni-

dades indígenas, as comunidades quilombolas, as “terras de preto”, as “terras de santo”, as “terras de índio”<sup>8</sup>, as comunidades fundiárias dos açorianos, caipiras, caboclos, seringueiros, campeiros, babaçueiros, pescadores artesanais, ribeirinhos, praieiros, pantaneiros, caçaras, varzeiros ou vazanteiros, sertanejos, faxinalenses, extrativistas, moradores de fundos de pasto etc. São populações, povos, grupos, sociedades ou culturas muitas vezes associadas a adjetivos como “tradicionais”, “autóctones”, “rurais”, “locais”, “residentes” ou “nativos” – todos eles problemáticos porque não dão conta da diversidade com que cada um desses grupos se apresenta no cenário nacional. Essas “comunidades” ou “povos” (como, genericamente, estamos nos referindo aqui) foram quase sempre esquecidos oficialmente pelo Estado e nunca incluídos na política fundiária, levando a conflitos extremamente graves, dado o não-reconhecimento de seu direito à posse da terra na qual habitavam. Muitas dessas comunidades, na luta contra as forças do capital ou os projetos de colonização que marcam a história fundiária brasileira, foram dizimados.

Agora, no início de seu reconhecimento por parte do Estado, de especialistas, ONGs e da própria Igreja, essas comunidades questionam as formas tradicionais de organização da política fundiária nacional, levando a questão da Reforma Agrária, por exemplo, a outros patamares, nos quais a questão central deixa de ser a distribuição da terra como espaço geográfico, mas a garantia do território enquanto forma de expressão dessas identidades e com isso – seguindo as teses iniciais desse texto – enquanto condição de existência desses grupos socioculturais. Cada uma dessas comunidades se organiza em torno de um território próprio no qual a vida estabelece as condutas em busca da expansão.

A formação das comunidades indígenas, como se sabe, remonta a dezenas de milhares de anos antes da chegada dos primeiros europeus, conforme assinalam os livros de história. Estima-se que, na data dessa chegada, no século XVI, vivessem nas terras sem-fronteiras desse continente cerca de cinco milhões de indígenas, organizados em centenas de nações. A partir do século XVI se inicia a colonização a partir do litoral, dando início a duzentos anos de entrada dos

---

<sup>8</sup> Cf. ALMEIDA, Alfredo W. B. Os quilombos e as novas etnias. Revista Palmares 5, p. 163-182. Brasília: FCP, Ministério da Cultura, 2000.

bandeirantes em direção ao centro do país. A chegada na Amazônia e o estabelecimento das fazendas produtoras de açúcar e algodão no Nordeste e no Norte remontam ao século XVII e XVIII, quando se inicia também a trágica história da escravidão negra africana. A partir do século XVIII ocorre a expansão das fazendas de gado ao sertão do Nordeste e Centro-Oeste, bem como no Sul, a fim de favorecer o estabelecimento das frentes de mineração em Minas e em vários pontos do Centro-Oeste. No século XVIII e XIX foi o café que se estabeleceu no Sudeste, dando continuidade ao processo de exploração territorial à qual o Brasil foi submetido desde então e que, no século XXI continua sendo efetivado, pela via de mãos ainda mais fortes e de poderes ainda mais violentos. Todo esse processo se efetivou de forma violenta, envolvendo os grupos étnicos residentes e as forças invasoras representadas por portugueses, espanhóis, franceses e holandeses. Desses encontros, com suas guerras e alianças, rebeliões e acomodações, resistências e consentimentos, vidas e mortes, nasceu o Brasil e formam a base da diversidade camponesa que ainda persiste em nossa nação.

Já no século XX, assistimos a expansão dos gaúchos para o Oeste de Santa Catarina e do Paraná, depois a Marcha para o Oeste, principalmente Goiás e Mato Grosso. Nos anos 50, a construção de Brasília deu início a um novo movimento migratório em direção à região central do Brasil. Um pouco depois, a construção das estradas Belém-Brasília, Transamazônica e Cuiabá-Santarém abriu a região para novos colonos, garimpeiros, fazendeiros e todo tipo de comerciantes, seguidos mais tarde por empresas das mais diversas regiões do Brasil, potencializadas pelos projetos da ditadura militar dos anos 60 e 70, como a criação da Zona Franca de Manaus, o oferecimento de incentivos fiscais para a implantação de imensas fazendas agropecuárias, a construção das hidrelétricas de Tucuruí, Balbina e Samuel e a implantação do projeto de mineração Grande Carajás<sup>9</sup>.

Esse processo provocou inúmeras alterações no cenário sociocultural ao longo da história. Primeiro entre os indígenas, dizimados ou escanteados para as reservas ou aldeias remanescentes; depois entre os negros, vítimas de tantas guerras, extinções, migra-

---

<sup>9</sup> Cf. Little, Paul E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. Disponível em: <<http://vsites.unb.br/ics/dan/Serie322empdf.pdf>>.

ções forçadas e reagrupamentos no interior do país, principalmente nos chamados quilombos. Como forma de resistência e busca de sobrevivência, esse processo deu origem a inúmeras iniciativas de criação de territórios nos quais determinados grupos pudessem se reproduzir. Além disso, muitas vezes frente às pressões externas e às demandas particulares desses grupos, nascem alianças e condutas que levam a inúmeros processos de miscigenação e sincretismo cultural que dão origem a outras incontáveis formas de expressão cultural do povo brasileiro. Aliás, muitas das lutas populares que marcaram a história brasileira têm sua origem nesse movimento, como é o caso da Cabanagem, do Quilombo dos Palmares, de Canudos e Contestado – só pra lembrar alguns. Nos últimos 15 anos muitas foram as obras e projetos que deram continuidade a esse processo e perante os novos movimentos de expansão da fronteira agrícola nacional, inúmeras comunidades que habitam o território nacional foram obrigadas a modificar a sua estratégia de permanência na terra em busca de sobrevivência.

Das centenas de nações indígenas; dos negros que vieram de diversos lugares da Mãe África e para cá trouxeram seus saberes e formas diferentes de cultivos da terra; dos imigrantes europeus, vindos de vários países com as mais diferentes culturas, saberes e jeito de trabalhar na terra; e mais recentemente, dos asiáticos, latino americanos e demais nacionalidades que escolheram o Brasil para viver; é desse emaranhado de gentes mesclada com a riqueza dos biomas dessa terra que se fundou o campesinato brasileiro, dando origem nesse país a uma das mais ricas diversidades socioculturais da história humana. Desenvolveram aqui uma imensa variedade de sementes e práticas tecnológicas próprias, adaptadas à disparidade dos climas, aos diversos tipos de solos e produzindo uma diversidade de alimentos que deram origem a uma culinária variada com o fim de responder às necessidades dessas múltiplas culturas. Nos pampas e nos planaltos, nas florestas e à margem dos rios, no semiárido e nos mares, nas ilhas e nos grotões, no pantanal e nas restingas... as comunidades tradicionais expressam aquilo que somos enquanto povo. O processo de miscigenação, entretanto, não deu conta de resolver problemas graves como preconceitos, discriminações e abusos que continuam grassando em solo nacional.

## AS FORMAS DE RESISTÊNCIA

Toda esta riqueza passa a ser ameaçada pelo modelo hegemônico de sociedade representado pelo agrohidronegócio que chega ao campo com práticas de agricultura que levam à padronização de toda a vida, seja pela negação da diversidade das comunidades camponesas, pela anulação das práticas culturais que sustentam essa diversidade, seja pela expansão da monocultura da cana, da soja e da madeira, entre outras, apoiadas na destruição da terra, na modificação genética das sementes, no uso extensivo de agrotóxicos e na escravização de milhares de trabalhadores e trabalhadoras.

O agronegócio, assim, se contrapõe conceitualmente à idéia de diversidade porque nele a terra deixa de ser tratada como território (de vida) e passa ser vista como mercadoria (de negócio), na qual a produção não tem em vista a vida, mas o lucro (ainda que isso signifique matar a vida). Para esse modelo, a diversidade cultural e ambiental aparece como entrave e empecilho e precisa ser destruída para que passe a maquinária produtiva e seus inúmeros tentáculos. No lugar do alimento, a fome. No lugar da saúde, as pragas e enfermidades. No lugar da água limpa, o lodo e a poluição. No lugar dos biomas, a criação de espaços artificiais semelhantes a desertos. No lugar da diversidade, a padronização da vida.

Frente aos bruscos interesses e às destrutivas cobiças do mercado capitalista e seu modelo de produção, essas comunidades tradicionais fazem de sua diversidade, uma arma contra esse processo de padronização da vida. A efetividade da resistência cresce na medida em que se fortalecem os processos identitários e se resgatam as práticas de memória sociocultural, a malha dos parentescos, a ancestralidade das heranças culturais, as tecnologias de cultivo da terra, seleção de sementes, cuidado das águas, respeito da floresta, a organização e manifestação popular em festas, rezas, procissões, romarias, celebrações etc. Trata-se do resgate de uma memória coletiva que não cabe nos gráficos e nos mapas e que foge aos processos de racionalização implementados por tribunais e academias.

## DESAFIOS PARA A CPT

O surgimento dos movimentos sociais e a participação ativa da CPT a partir dos anos 70 é um marco importante na consolidação da resistência dos camponeses e camponesas. Na ocasião de seu III Congresso Nacional, a Comissão Pastoral da Terra quer entender, ouvir e sentir os clamores e angústias desse povo, celebrar suas esperanças, contribuir para que suas diversas formas de expressão sejam preservadas e ampliadas.

Para tanto, queremos reafirmar nosso compromisso com essa diversidade camponesa em seus diversos modos e ser, de viver, de se organizar, de sonhar e construir um mundo diferente. Queremos reafirmar nosso compromisso na busca das mudanças necessárias para que o campo seja um lugar bom de viver. Para isso, partimos da premissa de que não há um único modo de lutar e resistir, como não será uma a única saída para o campo. Acreditamos na diversidade das iniciativas, na criatividade das expressões, na relevância dos saberes, na beleza das várias identidades, no modelo camponês que se efetiva no respeito à diversidade.

Como CPT rumo ao seu III Congresso, aceitamos como desafios: [1] reconhecer o direito dessas comunidades a viver em seus territórios, reconhecendo-os como áreas intersticiais, inter-regnos nos quais o povo é dono de seu destino e retira a terra do interesse e da cobiça do capitalismo vigente; [2] contribuir cada vez mais para romper a invisibilidade e marginalidade sociocultural e econômica a que muitas dessas comunidades estiveram submetidas há centenas de anos; [3] garantir que elas exerçam o direito de viver em suas terras como medida de sobrevivência, enxergando nesse gesto também uma contribuição para a crise ambiental do mundo contemporâneo, já que essas comunidades desenvolveram ao longo dos tempos, práticas de vida menos nocivas à natureza e têm muito a contribuir em termos de saberes e olhares; [4] valorizar os usos comuns da terra e o intercâmbio de experiências entre as comunidades, visando a garantia das identidades locais e a troca de saberes e a soberania alimentar de cada núcleo populacional; [5] alterar a ideologia territorial do Estado, através do reconhecimento de que a soberania nacional não ocorre de forma unilateral, como uma decisão do governo

central, mas se efetiva pela diversidade de soberanias populares que se erguem como nações ou nacionalidades ligadas a territórios socioculturais; [6] alterar a visão fundiária e reformular o conceito de reforma agrária, integrando a diversidade de interesses socioculturais e fomentando formas organizativas capazes de agregar as múltiplas manifestações culturais e religiosas, em detrimento de práticas viciadas amparadas em ideologias ultrapassadas de muitos militantes, movimentos e organizações, que buscam impor o interesse de grupos alheios (ainda que bem-intencionados) aos interesses das comunidades locais; [7] valorizar as expressões religiosas, simbólicas e rituais nascidos das experiências da realidade biofísica na qual essas comunidades vivem, integrando-as na mística e espiritualidade dos próprios agentes da CPT - para isso, faz-se necessário retomar uma concepção de sagrado que integre as experiências abstratas e genéricas às práticas cotidianas e concretas da vida na terra.

A variedade e a convivência das inúmeras práticas, a pluralidade dos saberes e das expressões, a diversidade das consciências e das identidades, evocam para nós o verdadeiro sentido da palavra comunhão porque rompem com o etnocentrismo, com o antropocentrismo, com o machismo, o egocentrismo e o individualismo reinantes no cenário contemporâneo. O respeito à alteridade, o multiculturalismo, a diversidade sexual e a biodiversidade, expressam no âmbito humano aquilo que os biomas expressam no âmbito natural. Como conjunto de diferentes ecossistemas, cada bioma é a expressão da comunhão biológica dos vários organismos da flora e da fauna que interagem no ambiente biofísico. A comunhão das espécies forma a rede de amizades da vida, a sagrada comunhão que une sem anular diferenças, reúne sem misturar identidades, gera partilha sem permutar interesses. Na terra, na água e no mar os biomas testemunham a vontade do Criador de que todas as espécies convivam harmonicamente. É na diversidade da natureza que realizamos o sacramento da vida e entramos em comunhão com Deus, que também, como todas as coisas grandiosas, só pode ser entendido por fragmentos e só pode ser experimentado na diversidade. Que o Deus da vida, que é um sendo três, inspire nossas ações rumo ao III Congresso Nacional.

# Metodologia do III Congresso da CPT

## 1. Considerações iniciais:

O Congresso vai trabalhar três grandes temas: **Biomias, Territórios e Diversidade Camponesa**. E estes temas devem contemplar **os clamores dos povos da terra, sua memória e a resistência e a defesa da vida**. E também o trabalho que a CPT realiza neste contexto.

O Congresso será organizado em grandes momentos de celebração, plenárias e quatro tendas (grupos menores).

As tendas serão organizadas por biomas.

Uma tenda para o bioma **Cerrado junto com Pantanal**

Uma, para o bioma **Amazônico**

Uma, para o bioma **Caatinga**

Uma, para a **Mata Atlântica** e junto o **Pampa**.

## 2. A Regionais por Biomas

### 2.1- Cerrado e Pantanal

Tocantins – Maranhão – Piauí – Mato Grosso – Mato Grosso do Sul – Goiás – Minas Gerais – Bahia.

### 2.2- Mata Atlântica e Pampa

Nordeste 2 (Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas) – Espírito Santo/Rio de Janeiro – São Paulo – Santa Catarina – Paraná – Rio Grande do Sul – Minas Gerais.

### 2.3 – **Amazônico**

Tocantins – Maranhão – Amapá – Mato Grosso – Pará – Amazonas – Acre – Roraima – Rondônia.

### 2.4 – **Caatinga**

Piauí – Ceará – Nordeste 2 (Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas) – Bahia- Minas Gerais.

## 3. **Processo preparatório**

**3.1 – Escolha das experiências:** Cada regional escolhe uma experiência para ser apresentada no Congresso. A elaboração desta experiência deve conter o seguinte conteúdo:

A – O clamor da natureza e dos camponeses que nele convivem.

B – A resistência dos camponeses na luta contra a destruição e contra as investidas do capital devastador, e a defesa da vida.

C – O trabalho da CPT, seus parceiros e aliados.

As experiências devem conter os aspectos apresentados acima e ser relacionadas com os eixos do trabalho da CPT: Terra/Território, Água e Direitos.

### 3.2 – **Divisão das experiências por regional.**

As experiências relativas a cada bioma serão apresentadas pelos regionais abaixo relacionados:

a) – **Cerrado e Pantanal** – Araguaia-Tocantins, Maranhão, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais.

b) – **Mata Atlântica e Pampa** – Nordeste 2, Espírito Santo/ Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul (Pampa)

c) – **Caatinga** – Piauí, Ceará, Nordeste 2, Bahia, Minas Gerais.

d) – **Amazônico** – Amapá, Pará, Amazonas, Acre, Rondônia, Roraima.

Cada um dos Regionais acima indicados apresentará uma experiência do bioma. De cada experiência deve ser feita uma

síntese em duas laudas. Essas experiências serão multiplicadas e distribuídas aos delegados e delegadas do Congresso de tal forma que cada participante tenha à sua disposição todas as experiências que serão apresentadas.

**3.3 - Escolha dos delegados e delegadas:** Cada regional deve escolher bem seus delegados e delegadas, contemplando o equilíbrio de gênero, geração e se possível etnia, privilegiando a participação dos camponeses e a sua diversidade, já que eles indicarão os rumos a seguir.

### **Distribuição dos delegados por Grande Região.**

- a) – Centro Oeste – 90
- b) – Sudeste – 45 Espírito Santo e Rio de Janeiro – 70 Minas Gerais.
- c) – Sul – 90
- d) – Nordeste – BA – 90, Nordeste 2 – 90, Piauí – 45, Ceará – 45.
- e) – Noroeste – 75
- f) – Norte – Maranhão com Tocantins – 45, Pará – 45, Amapá – 06.

Cada regional dividirá seus delegados e delegadas entre as quatro tendas, de tal forma que o regional tenha participação nas exposições e nos debates de todos os biomas.

**3.4 - Indicação de pessoas para atividades** – Cada regional deverá indicar no mínimo uma pessoa para a coordenação, uma para animação e uma para a relatoria que deverão atuar nas tendas.

**3.5 - Material a ser levado:** Cada regional deverá levar seus símbolos, instrumentos, painéis etc. para ornamentação e para as celebrações.

## **4 – Realização do Congresso**

**Segunda-feira – 17 de maio** – Durante o dia chegada das delegações e encaminhamento para os alojamentos.

Às 17:00 horas – Reunião das equipes de trabalho

Às 19:00 horas – **Grande Celebração de Abertura do Congresso** com a acolhida e **apresentação** das caravanas dos delegados e delegadas, convidadas e convidados e outros participantes.

### **Terça-feira – 18 de maio**

Oração

Apresentação da pauta, das atividades e da organização do Congresso.

A seguir – com a contribuição de **assessores** – Análise da Conjuntura Nacional, abordando as seguintes dimensões:

- Política.
- Ecológica.
- Eclesiástica.

### **Quarta-feira – 19 de maio**

Os trabalhos vão ser realizados nas **quatro tendas**, acima relacionadas, **por biomas**, onde serão apresentadas e debatidas as experiências de cada regional.

No primeiro momento vai ser apresentada, em 15 a 20 minutos, uma visão geral do bioma.

A seguir serão apresentadas três experiências e à tarde as demais. Cada regional terá 20 minutos para apresentar sua experiência.

### **Coordenação das Tendas e Relatoria**

Uma dupla **Coordenadores** indicados pelos regionais dividirão os trabalhos de coordenação de cada tenda.

Os **animadores** atuarão na animação dos trabalhos

Os **relatores** farão o trabalho da seguinte forma: Serão divididos em duplas para fazer o relatório dos trabalhos das tendas:

Cada dupla se encarregará de anotar os itens apresentados referentes aos seguintes blocos de temas:

- a) – Memória;
- b) – Clamor e Resistência;
- c) – Atuação da CPT, parceiros e aliados.

Ao final do dia todos os relatores e relatoras de cada bloco se reúnem para fazer uma única síntese dos debates para ser apresentada à plenária do dia seguinte.

## À noite – **Celebração dos Mártires**

### **Quinta-feira – 20 de maio**

Apresentação em plenário do que foi debatido nas tendas. Neste dia os trabalhos irão até 13:00 horas

A apresentação das sínteses será feita da seguinte forma:

Na primeira parte, o relator escolhido na reunião dos relatores do dia anterior apresentará a síntese do que foi discutido sobre **Memória** (20 minutos). Depois da apresentação desta síntese haverá 40 minutos para a fila do povo. E a seguir em 10 minutos será feita uma síntese do que foi apresentado e um espaço de cinco minutos para o depoimento de um trabalhador.

A seguir será apresentada a síntese sobre o **Clamor e Resistência**, com o mesmo desdobramento do primeiro bloco – fila do povo, síntese do apresentado, depoimento de trabalhador.

E ainda pela manhã, no mesmo esquema, serão apresentadas as sínteses sobre o outro bloco: **Atuação da CPT, parceiros e aliados**.

À tarde **retorno às tendas** para o debate sobre como, diante da realidade, deve ser a ação da CPT, quais as linhas de ação, perspectivas e prioridades.

## **Noite Cultural**

### **Sexta-feira – 21 de maio**

Apresentação da síntese referente ao trabalho realizado nas tendas no dia anterior sobre quais devem **ser as linhas de ação, as perspectivas e prioridades para o trabalho da CPT. Aprovação das moções e leitura da proposta da carta do congresso**

À tarde leitura e aprovação da Carta do Congresso

Celebração final com leitura dos compromissos assumidos e envio.

## 6.0) – Cronograma dos Quatro dias do Congresso.

<b>Segunda-feira – 17/05</b>	<b>Terça-feira – 18/05</b>	<b>Quarta-feira – 19/05</b>	<b>Quinta-feira – 20/05</b>	<b>Sexta-feira - 21/05</b>
	Cenário Nacional	Apresentação das Experiências nas Tendas dos Biomas.	Na Plenária – Apresentação das discussões das Tendas.	Trabalho da CPT e Apresentação da Carta do Congresso.
<b>Manhã</b> Chegada e alojamento das caravanas	<b>Manhã Oração</b> Apresentação da programação do Congresso  <b>10:00 hs</b> Intervalo  <b>10:30 hs</b> Fala de assessor  <b>12:00 hs</b> Almoço.	<b>Manhã 8:00 hs às 10:00 hs</b> Momento celebrativo. Apresentação de três das experiências de acordo com o roteiro proposto.  <b>10:00 hs</b> – Intervalo  <b>10:30 hs</b> Aprofundamentos e debates.  <b>12:00 hs</b> – Almoço.	<b>Manhã 8:00 hs às 13:00 hs</b> Momento celebrativo Apresentação das sínteses por Bioma dos blocos Memória, Clamor e Resistência, e atuação da CPT  <b>10:00 hs</b> Intervalo  <b>13:00 hs</b> Almoço.	<b>Manhã 8:00 hs às 10:00 hs</b> Apresentação da síntese sobre as linhas de ação, perspectivas e prioridades para o trabalho da CPT. Debate e aprovação das mesmas.  <b>10:00 hs</b> Intervalo.  <b>10:30 hs - 12:00 hs</b> Apresentação da Carta do Congresso e moções  <b>12:00 hs</b> – Almoço.
<b>Tarde</b> Chegada e alojamento das caravanas  <b>17:00 hs</b> Reunião das equipes de serviço  <b>19:00 hs</b> Grande celebração de abertura	<b>Tarde 14:00 hs às 16:00 hs</b> Fala de Assessores.  <b>16:00</b> - Intervalo  <b>16:30 hs às 18:00 hs</b> – Fila do povo.  <b>18:00 hs</b> Encaminhamento dos trabalhos do 2º dia –.	<b>Tarde 14:00 hs às 16:00 hs</b> Apresentação das outras experiências  <b>16:00 hs</b> Intervalo.  <b>16:30 hs às 18:30 hs</b> Aprofundamento e debates.  Relatores preparam a síntese dos relatórios a serem apresentados no dia seguinte.	<b>Tarde 15:00 hs às 18:00 hs</b> Trabalho nas tendas para levantar linhas de ação, perspectivas e prioridades para a CPT.	<b>Tarde 14:00 hs</b> Leitura e aprovação da Carta do Congresso emoções.  <b>17:00 hs</b> Celebração final com a leitura dos compromissos assumidos e o envio.  <b>Final de Tarde</b> Retorno das caravanas.
	<b>Noite</b> Livre para rodas de conversa.	<b>Noite Celebração dos Mártires.</b>	<b>Noite Cultural</b> Apresentações culturais preparadas pelos regionais.	

## **Equipes de Trabalho e Coordenação.**

a) – **Coordenação Geral**: Lucimere, Dirceu, (Coordenação Nacional); Terezinha (Grande Região Sul); Antônio Maria (Grande Região Sudeste); Aderson (Grande Região Centro-Oeste); Hilário (Grande Região Norte) e Nininha (Grande Região Nordeste).

b) – **Equipe de Metodologia** – Simone, Ruben, Dirceu, Galego, Terezinha.

c) – **Equipe de Subsídios** – Gogó, Sandro, Luciano, João Damásio, Jelson.

d) – **Equipe de Espiritualidade** – Isabel, Aninha, Nininha, Ana Maria, Mirin, Marina, Frei Anselmo.

e) – **Equipe de Comunicação** – Cristiane e comunicadores dos regionais

f) – **Equipe de Finanças** – Isolete, Lucimere e Marluce.

g) – **Equipe de Infra-estrutura** – Antônio Maria, Edmundo e a equipe Norte de Minas Gerais.

**h) – Equipe de Secretaria** – Lucimere e Isolete (coordenam)

**i) – Equipe de Animação** – Aderson e Juvenal (coordenam)

**j) – Equipe de Documentação** – Sandro, Luciano, Thomas (coordenam)

